



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DRI

**COMO OS NACIONALISMOS PODEM SER INSTRUMENTALIZADOS: UM
ESTUDO DO CASO POLONÊS A PARTIR DO NAZISMO ALEMÃO (1795-1918)**

Barbara Cardoso de Oliveira

São Cristóvão - SE
2021

BARBARA CARDOSO DE OLIVEIRA

COMO OS NACIONALISMOS PODEM SER INSTRUMENTALIZADOS: UM ESTUDO DO CASO POLONÊS A PARTIR DO NAZISMO ALEMÃO (1795-1918)

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque

Cristóvão - SE

2021

BARBARA CARDOSO DE OLIVEIRA

COMO OS NACIONALISMOS PODEM SER INSTRUMENTALIZADOS: UM ESTUDO DO CASO POLONÊS A PARTIR DO NAZISMO ALEMÃO (1795-1918)

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque (Orientador)

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (Avaliador)

Prof^ª Dr^a Livia Peres Milani (Avaliadora)

AGRADECIMENTOS

Eu sempre achei que escrever meu TCC seria a coisa mais difícil que eu faria na minha vida, afinal eu sabia do peso da importância que este trabalho tem na vida de toda estudante. De fato, tem muita importância, mas isso não o fez difícil de escrever para mim. A sua importância, que também explica porque escrevê-lo foi um trabalho que eu apreciei a cada palavra, está no fato do meu TCC ser o resultado da minha trajetória desde que eu entrei no curso de Relações Internacionais, das minhas experiências e, principalmente, de cada pessoa que passou no meu caminho.

Por isso, em primeiro lugar, eu não tenho como não agradecer a Deus, pois Nele está à única razão que eu vejo para tudo e todo mundo que apareceu na minha vida na hora necessária, e da maneira necessária, e que me transformou na pessoa que eu sou hoje. Ele me deu a graça de ter uma família maravilhosa. Agradeço, portanto à minha mãe, a Dona Suzana, meu pilar, a pessoa mais forte que eu conheço, e que me encoraja todos os dias a ser a melhor versão de mim, a sempre superar meus limites e acreditar em todo meu valor. Agradeço ao meu pai, por ter me ensinado a sonhar a grande e sempre manter um sorriso no rosto, mesmo quando é muito difícil fazê-lo. Sou muito grata também ao meu irmão, Rodrigo, a pessoa mais importante da minha vida desde o momento que veio ao mundo, meu primeiro e melhor amigo, e cuja admiração e paciência me sustentam todos os dias, e me motiva a batalhar para ser um exemplo à altura. Obrigada por não desistirem de mim.

Eu não posso deixar de me sentir extremamente afortunada por cada um dos professores que eu tive a honra de conhecer na UFS. Uma menção honrosa, no entanto, faz-se necessária para alguns: a Thiago, por ter sido o primeiro a encorajar o meu interesse em um país tão inusitado quanto a Polônia e por me convidar ao mundo da pesquisa, me fazendo acreditar no meu potencial e me encontrar no meu curso; a Corival, por me ajudar em todos os meus momentos de crise, por conseguir, com toda sua visão realista, ter paciência com meu idealismo e me impulsionar a expandir meus limites e me tornar uma acadêmica melhor e uma pessoa mais madura; e a Rodrigo, por ter sido o melhor orientador que eu podia ter sonhado. A ele sou especialmente grata por ter me acolhido em um momento tão delicado, e me ajudado e inspirado a aprimorar sempre, sendo ao mesmo tempo cruamente sincero e acolhedor, me trazendo a um patamar que por muito tempo eu não acreditei que fosse possível para mim. Obrigada por colocar fé em mim.

[Digite aqui]

Eu também sou muito sortuda nas minhas amizades, cada uma delas tendo ajudado a completar a Barbara de hoje. Por muito tempo eu achei que eu não tivesse ninguém, mas o acolhimento de todos vocês me fez sentir como alguém que valesse a pena. Obrigada aos meus colegas de gestão do CAIRI, pois o que a gente passou junto me amadureceu e me trouxe não só conhecimentos, mas amizades que eu quero levar para o resto de minha vida. Um obrigada a Jess, Leila, Sheylla, Amanda, Yasmim e Joana, presentes que o curso de Relações Internacionais me deu, e que me ensinaram, me abraçaram, encorajaram e me deram ombro para chorar. Obrigada a Iara, Ian, Julia, Viva, Lara, Leo, Lyra, Vitor, Gustavinho, Prudente e Lelê por terem sido os melhores amigos do mundo por tanto tempo, e por terem ficado ao meu lado mesmo quando eu estava nos meus piores momentos.

Por fim, obrigada a Madzia por não só ter me apresentado à Polônia, mas ter me dado uma família ali. Agradeço a ela e todos os meus amigos poloneses que, com muito entusiasmo, fizeram questão de me inserir no seu mundo, me mostraram cada cantinho de sua rica cultura e me ensinaram a importância da história contada a partir de todos os pontos de vista. Espero ter-lhes feito jus.

RESUMO

O presente trabalho aborda o caso do nacionalismo polonês, a partir do período da sua consolidação, como instrumento para alcançar a Independência e a República da Polônia em 1918. Essa análise foi feita a partir da literatura clássica sobre as origens do nacionalismo para explicar como o projeto de identidade polaca se formou e atingiu seus resultados. Através do método do estudo de caso indutivo de rastreamento, o enfoque foi dado a partir da Terceira Grande Partilha da Polônia (1795), quando se justifica o início da construção de uma identidade nacional polaca, e utilizando a condução do nacional-socialismo alemão como referencial teórico. O objetivo do trabalho está em examinar como o projeto nacionalista polonês seguiu uma trajetória semelhante ao alemão, e quais condições foram importantes para gerar resultados divergentes: no caso alemão, a instauração de um totalitarismo, na Polônia, uma república.

Palavras-chave: Alemanha; Identidade Nacional; Independência da Polônia; Nacionalismo polonês; Nazismo; Polônia.

ABSTRACT

The following term paper approaches the case of Polish nationalism, from the period of its consolidation, as an instrument to reach Independence and the Republic of Poland in 1918. This analysis was made based on classic literature on the origins of nationalism to explain how the Polish identity Project was formed and reached its results. Through the method of process-tracing case study, the focus given started from the Third Great Partition of Poland (1795), when it is justified as the beginning of the construction of Polish national identity, while using the management of the German's national-socialism as a theoretical reference. The goal of this paper lies on the examination of how has the Polish nationalist Project followed a similar path as the German's, and which conditions were important to produce divergent results: in the German case, the instauration of totalitarianism, in Poland, a republic.

Key-words: Germany; National Identity; Nazism; Poland; Polish Independence; Polish Nationalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
O NACIONALISMO ALEMÃO DA DÉCADA DE XX.....	11
Como se “criam” os nacionalismos	11
Condições da ascensão do Partido Nazista	16
O NACIONALISMO POLONÊS DA DÉCADA DE XX.....	23
A fase do nacionalismo romântico (1795-1863).....	23
A fase do nacionalismo positivista (1863-1905)	28
A fase do etnonacionalismo (1905 – 1918)	31
OS PROJETOS EM CONTRASTE	38
A atomização do indivíduo	38
Ufanismo como meio de propaganda	41
Industrialização	44
Mobilização das Massas	46
Política externa	49
Os projetos em contraste.....	52
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho pretende investigar como a construção do nacionalismo polonês ocasionou a declaração da República em 1918, o que será demonstrado a partir de um paralelo entre os acontecimentos em outro país vizinho, durante o mesmo recorte temporal: a Alemanha.

Norbert Elias (1997), no sentido de demonstrar como pode o nazismo ter vindo a suceder como uma grande atrocidade, explana como processos de crescimento e de decadência andam juntos. Com base neste, e em diversos outros argumentos deste autor e outros sobre a temática do autoritarismo e nacionalismo, abordaremos um estudo indutivo do caso polonês utilizando as teorias elaboradas após o fim da Segunda Guerra Mundial para estudar o fenômeno do nacional-socialismo como referencial teórico. Segundo Arendt (2012), tal momento posterior de pesquisa de mapeamento se torna importante para poder elaborar perguntas e respostas acerca do que aconteceu e por que.

A presença ou reaparecimento do nacionalismo no Leste Europeu vem atualmente se tornando objeto de pesquisa em diversos campos das ciências sociais (ZARYSCKI; WARCZOK, 2020). De acordo com Hobsbawm (1991), a ideia extremada de preservação da nação e suas características (como povo, língua, cultura e território) contra projetos de destruição identitária ou de transformação são as qualidades comuns presentes nos países dessa região. Desde então essa nova variável começa a se espalhar em diversos campos de tomada de decisão política em geral, seja no campo doméstico, seja no internacional (GUIMARÃES, 2008). Dois casos formados no século XX despertam nossa atenção: o nacionalismo polonês e o nacionalismo alemão.

Apesar de apresentarem algumas características comuns, possuem uma grande diferença: o nacionalismo polonês manteve a coesão de um povo sem nação e uma resistência que o ajudou que o caminho até a independência fosse articulado, enquanto o nacionalismo alemão colocou-se fortemente contra a devastação e depressão trazidas pela Grande Guerra, direcionando o reerguimento de uma nação de forma a legitimar um ultranacionalismo e um governo autoritário (HOBSBAWM, 1991).

O desenho da pesquisa baseia-se no método de estudo de caso indutivo, mais especificamente, no *process-tracing* (rastreamento de processos). Este método, que consiste

[Digite aqui]

em um rastreamento na literatura a partir de condições causais previamente definidas, foi escolhido por conseguir ater-se à profundidade de um determinado fenômeno e pela sua característica de gerar modelos e testar hipóteses que podem ser aplicadas futuramente para outros casos (SANDES-FREITAS, 2015). A operacionalização adequada desta metodologia de pesquisa favorece a validade do estudo qualitativo uma vez que foca nas condições causais e faz inferências densas, identificando o que é realmente importante para a análise a partir de um guia teórico-analítico. Por isso também aqui o contexto tem completa relevância, pois haverá o teste das variadas implicações de um fenômeno nos limites de um determinado caso (SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020).

Certas questões são – justificadamente – estudadas e debatidas de forma ampla desde que a Segunda Guerra Mundial atingiu seu fim, em 1945: por que uma nação inteira permitiu que fosse instaurado um governo com atitudes tão radicais? Por que isso se sucedeu na Alemanha e não em qualquer outro país – como a Polônia? Este estudo buscará trazer atenção para tais perguntas e responder se é aceitável acreditar que tudo se deve à índole de um povo ou se foram apenas questões circunstanciais. Mas principalmente: por que o florescimento de nacionalismos tão semelhantes geraram resultados tão díspares?

Nesse sentido, sendo o fenômeno em objeto o nacionalismo polonês, percebemos que para tornar o presente estudo uma categoria teórica replicável é vantajosa a aplicação da abordagem indutiva do *process-tracing*, permitindo a criação de um rastreamento histórico de mecanismos que expliquem a manifestação do objeto. No entanto, para que a análise seja válida é necessário um aporte teórico anterior (HENRIQUES; LEITE; TEIXEIRA JUNIOR, 2015), que no caso deste trabalho encontra-se na bibliografia referente ao nacionalismo hitlerista, a partir do qual retiramos as relações históricas causais e testamos no contexto polonês, verificando quais se articularam ou deixaram de se articular para gerar o resultado final.

Nessa perspectiva, a primeira seção do trabalho explanará o marco teórico da ascensão do nazismo, primeiramente explicando o que a literatura clássica aborda acerca da construção do nacionalismo. Na segunda parte da seção, será feita uma localização do momento histórico alemão, mais especificamente a situação que o país e seu povo passaram no entre Guerras (1918-1939), período acerca do qual em que os estudiosos do nazismo buscam construir teorias acerca do seu estabelecimento.

[Digite aqui]

Em seguida, a segunda seção do trabalho está dedicada à explanação do nacionalismo polaco no século XIX, de modo a descrever o contexto histórico, acompanhando a formação da identidade nacional da Polônia. O enfoque estará no período compreendido entre a tripartição e o primeiro desaparecimento do Estado Polonês, em 1795, até a Convenção de Viena e os tratados acerca da Questão Polonesa, em 1918.

Mais adiante, a terceira seção do trabalho estará destinada a analisar o que a literatura levantada traz por explicação para que se fosse instaurado um totalitarismo na Europa no século XX. A partir dos pontos que os autores e autoras indicam como necessários para o advento do nazismo, tentaremos demonstrar quais e como tais pontos estiveram presentes na história polonesa. Portanto, o foco do trabalho está em analisar o que houve de diferença importante no caso da condução do projeto polonês em contraste com o caso alemão para que aquele obtivesse resultado distinto, mesmo que os esses resultados não tenham sido intencionais.

A discussão sobre o tema faz-se pertinente atualmente posto que se notam diversas ondas de nacionalismos surgindo, principalmente no mundo ocidental, ganhando diferentes roupagens e diferentes formas de manifestação. Seu caráter depende de diversos fatores presentes na construção da identidade do país ao longo de sua história. Este trabalho visa também, ser uma contribuição para o entendimento das dinâmicas das formações e legitimidade que ganham governos totalitários. Em um cenário em que os movimentos de direita voltam a ganhar força, o debate é relevante para fins de reflexão acerca do perigo de um novo autoritarismo seja legitimado na contemporaneidade baseado em valores ultranacionalistas.

1. O NACIONALISMO ALEMÃO DO SÉCULO XX

1.1 Como se “criam” os nacionalismos

Em primeiro lugar, faz-se necessário entender a complexidade dos estudos acerca de nação, nacionalismo e identidade nacional, e como esses conceitos foram definidos e estudados. Sem dúvida, existem diversos conflitos para os teóricos em relação ao conceito de “nacionalismo”, não só por ter seu estudo sido por muitos anos repudiado depois do fim da Segunda Guerra Mundial, devido à associação do termo ao fascismo, como também pela pluralidade que o conceito abarca, podendo ser instrumentalizado tanto pela Esquerda quanto pela Direita.

Por instrumentalizado, como veremos adiante, entende-se que tais conceitos podem ser apropriados por uma camada político-social e articulados em um discurso que favoreça seus interesses. Segundo Hobsbawm (1991, p. 178), o impacto que o nacional-socialismo alemão causou na história da Europa gerou aversão a qualquer debate sobre Nacionalismo, em virtude da profunda associação deste com o nazifascismo:

O fato de a linguagem alternativa da aspiração nacional ter sido tão desacreditada por suas associações com o fascismo (a ponto de ser virtualmente excluída do uso público por uma geração) simplesmente tornou essa hegemonia do discurso esquerdista mais óbvia.

Nesse sentido, é preciso ter claro que o conceito de nação está inserido dentro de uma construção social específica que nasceu em um momento histórico particular e, portanto, é necessariamente um fenômeno político, uma vez que a sua existência é consequência da formação dos Estados Nacionais e do nacionalismo (HOBSBAWM, 1991). Para Anthony D. Smith (1998), as principais diferenças entre os projetos políticos pautados em nacionalismo podem ser separados em seis dimensões institucionais: o Estado; o Território; a Linguagem; a Religião; a História; e Ritos e Cerimônias.

Cada uma dessas dimensões teria contribuído para que qualquer povo reconhecesse o que o distinguia dos demais e o que os aproximava como iguais. O autor discorre como o apego a uma região geográfica (Território), a comunicação comum (Linguagem), a adoração aos mesmos deuses (Religião), o mesmo passado histórico (História), e principalmente, a congregação para celebrar os mesmos rituais e festas (Ritos e Cerimônias), contribui para a formação de um imaginário nacional coletivo. Essa identidade comum se torna concreta

[Digite aqui]

quando todas essas dimensões se encontram sob o mesmo guarda-chuva representativo – dimensão do Estado –, que garantirá o reforço e a unidade das demais dimensões.

Nessa perspectiva, Smith (1998) destrincha como as diferentes óticas de pesquisa acerca da identidade nacional enxergaram a articulação das supracitadas dimensões. Dentro da vasta gama de abordagens e estudos, cinco paradigmas dos estudos sobre o nacionalismo são:

- a) Primordialismo: busca compreender o papel que as características “primordiais” (língua, etnia, território) de um povo têm para a sensação de pertencimento;
- b) Perennialismo: busca compreender o papel das nações a longo-prazo no desenvolvimento histórico. Focam muito mais nos laços étnicos do que propriamente no processo de modernização;
- c) Etnossimbolismo: buscam compreender o papel do legado dos símbolos étnicos na atualidade, e como esses se apresentam enquanto as nações enfrentam os desafios da modernidade;
- d) Modernismo: buscam compreender como os nacionalismos são instrumentalizados de maneira romantizada pelas elites nacionais em busca de uma unidade nacional que diminua as tensões sociais internas, facilitando a manutenção do status quo;
- e) Pós-modernismo: visto como uma continuação dos modernistas busca compreender como a fragmentação das identidades nacionais está formando uma nova ordem de identidade política e assuntos globais. Envolve temas como feminismo e globalização.

Dentre esses, o Paradigma Modernista aplica-se no caso da construção do caso polonês e alemão, uma vez que, como veremos adiante, os nacionalismos desses povos no período estudado foram instrumentos de seus respectivos líderes políticos para alcançar seus objetivos. Esta ótica surge como contradição em especial ao Perennialismo e traz para as pesquisas a noção de que o nacionalismo não foi um conceito que sempre existiu na história da humanidade. Além disso, o nacionalismo está longe de ser algo estático, pois dependerá do período e localidade no qual uma determinada “nação” está inserida (HOBBSAWM, 1991).

Para os modernistas, como Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, o simbolismo e atividades ritualizadas, assim como as redes de discursos são utilizados para forjar uma nação [Digite aqui]

(SMITH, 1998). No entanto, isso não significa que não haja importância nas dimensões étnicas e ritualísticas, pelo contrário. As cerimônias e signos históricos primordiais são de extrema relevância na medida em que reforçam a sensação de pertencimento e compõem a necessidade da preservação de uma cultura comum, com a mesma visão direcionada para elevar a nação a um futuro próspero. No entanto, essas cerimônias e memórias comuns são intencionalmente “selecionadas” para serem enaltecidas e lembradas de tal forma que favoreça os interesses de quem esteja à frente do Estado (SMITH; NUÑES, 1998).

Ou seja, esses líderes sociais necessitam da força que tais símbolos exercem na população para que, através da reinterpretação e exortação, grandes grupos possam ser motivados a fazer sacrifícios pela pátria. Por isso, a maioria dos ritos e monumentos costumam ser dedicados a mártires patrióticos (SMITH; NUÑES, 1998). Anderson (2008) explica que entende o nacionalismo como resultado de “grandes sistemas culturais”, não sendo uma orientação política adotada conscientemente, inclusive sendo articulado e costurando-se na sociedade a fim de desafiar tais sistemas anteriores.

Alguns desses movimentos [tradições políticas inventadas], principalmente o catolicismo político e vários tipos de nacionalismo, estavam profundamente conscientes da importância do ritual cerimonial e mito, incluindo, via de regra, um passado mitológico (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 291).

Hobsbawm e Ranger (1997) distinguem o século XIX como imprescindível para entender a atualidade, visto que foi nessa época que as bases que sustentam a nossa contemporaneidade foram “inventadas”. O advento da Revolução Industrial modificou as dinâmicas de poder e transformou o imperialismo em uma corrida capitalista, ocasionando por um lado o progresso do mundo burguês e por outro uma crise na economia mundial.

Ernest Gellner (1983) explica que o fenômeno do nacionalismo só poderia ter se apresentado quando a sociedade passou de essencialmente agrária para essencialmente industrial. Segundo o autor, enquanto as populações eram feudais não existia a perspectiva de mobilidade social, e as mais baixas camadas da sociedade estavam condenadas a viver a mercê dos ditames de uma elite ilustrada ou dos senhores feudais. A língua e a religião criavam um distanciamento ainda mais tangente uma vez que no ambiente das igrejas a língua oficial era o latim, nunca a língua popular.

Porém, o advento do industrialismo forçou a sociedade a manifestar novas formas de funcionamento. Agora era do interesse dos Estados-nação que estavam se formando a

[Digite aqui]

vantagem competitiva do desenvolvimento capitalista, e, para isso, fazia falta uma população melhor qualificada. Assim, nasceram as primeiras universidades e o investimento em uma educação pública de qualidade, através do qual eram repassados o conhecimento da língua nacional, o que contribuiu para um maior acesso à cultura e símbolos que fossem interessantes de ser reforçados para criação de uma identidade nacional, de acordo com cada governo. Neste momento nascia uma alta cultura universalizada que teria mais força autoritária e persuasiva e que enxergaria a possibilidade de ascensão social através da política (GELLNER, 1983, p. 49):

Mas o nacionalismo não é o despertar e a afirmação dessas unidades míticas e supostamente naturais. É, pelo contrário, a cristalização de novas unidades, adequadas às condições ora prevalentes, embora reconhecidamente utilizando como matéria-prima as heranças culturais, históricas e outras do mundo pré-nacionalista.

Em decorrência disso nasceu uma histeria por parte da classe média, o que estimulou tanto a disseminação do socialismo quanto a do nacionalismo, termo que, segundo os autores, foi nesse século utilizado pela primeira vez (HOBSBAWM; RANGER, 1997). Porque neste período a identificação linguística passou a ser amplamente popularizada, abriu-se a porta para o surgimento de outros meios de comunicação e disseminação de conhecimento, dessa vez, mais rápido e mais amplo: os jornais impressos.

O que Anderson (2008) intitula de capitalismo editorial foi um dos adventos imprescindíveis para o reforço final da criação de um imaginário coletivo. A sociedade industrial detentora da alta cultura definida por Gellner encontra possibilidade de articulação através de frequentes editoriais, mais acessíveis do que os livros eram, e à medida que a sociedade ia se desenvolvendo, o mercado de publicações crescia atrelado aos ideais de uma nação.

Enquanto no mundo medieval as representações eram visuais e auditivas, no mundo industrial o jornal e o romance puderam trazer representações e reinterpretações que correspondiam melhor ao que cada comunidade imaginava definir sua nação (ANDERSON, 2008). Enquanto os romances passavam a ser leituras populares que carregaram pesadas figuras folclóricas e empáticas, o mercado editorial jornalístico provocava um repasse de conhecimento dinâmico e efêmero, o que fomentou a disseminação de revoluções históricas e científicas.

Dentre tais revoluções talvez a mais relevante para a análise no impacto que o nacionalismo teve na história da humanidade seja a teoria da evolução de Darwin. A noção de que determinadas espécies são cientificamente superiores se casou com um traço característico da maioria dos movimentos nacionais que se consolidavam no século XIX: a ideia de a sua própria nação era superior às demais; que uma cultura, uma religião e/ou uma etnia estava destinada a salvar e ser enaltecida por aquelas menos “evoluídas” (HOBSBAWM, 1991). Essas visões, raiz de sentimentos que se traduziriam mais para frente como xenofobia e racismo, eram exponencialmente disseminadas na Europa Ocidental naquele momento, devido ao intenso fluxo migratório consequência do industrialismo.

Não é surpreendente que o nacionalismo tenha conseguido espaço tão rapidamente nos anos que vão de 1870 a 1914. As mudanças tanto políticas quanto sociais eram em função dele; isso sem mencionar uma situação internacional que fornecia abundantes desculpas para pendurar manifestos de hostilidade a estrangeiros. (HOBSBAWM, 1991, p. 132)

Nesse momento, o nacionalismo passa a ser definido não só pelas reminiscências etnolinguísticas propagadas repetidamente entre povos que passavam a compartilhar de uma alta cultura, mas também por aquilo que os distinguiam do “outro”. Neumann (1999) explica como o desenvolvimento, cada vez mais complexo de identidades coletivas fez com que etnógrafos identificassem o sentido político em diversas fragmentações que iam sendo criadas pelas coletividades para gerar identidade através da distinção: seja gênero ou classe. Ou seja, as identidades coletivas devem ser entendidas e estudadas na medida em que elas são formadas a partir do que as tornam diferentes, e isso se traduz em política externa a depender do grau de aceitação entre duas ou mais ideias de nação.

Entendendo que o nacionalismo é um fenômeno recente, intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento social e da sociedade capitalista, que formou uma elite intelectual capaz de articular suas ideias e reinterpretar símbolos culturais até então latentes, a fim de formar um imaginário comum, é possível então enxergar como acontece a “instrumentalização” do nacionalismo. Em outras palavras, podemos enxergar como o fenômeno pode se valer da ansiedade em pertencer para forçar conglomerados de pessoas a fazer mudanças sociais significativas (HOBSBAWM; RANGER, 1997).

A partir de agora vamos observar as consequências empíricas dessas teorias tiveram através da ascensão do movimento nazista na Alemanha entre 1918 e 1939.

1.2 Condições da ascensão do Partido Nazista

Derrotada no maior conflito bélico da história, Tratados de Versalhes, industrialização irrefreável, crises econômicas, e perda de territórios em consequência da criação de novos Estados: essa era a imagem da Alemanha em 1918. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o Kaiser Wilhelm III fora forçado a abdicar e instaurou-se a República de Weimar, no entanto no povo alemão permanecia o sentimento de revolta enquanto alegavam não haverem perdido mas sim traídos por um corpo político que permanecia sob o comando do país (FEST; HERRENDOER, 1977). A desolação do pós-guerra associou-se à crise do individualismo que já vinha se implantando na Europa desde o começo do século foram fatores que teriam facilitado a instauração do regime fascista (HORKHEIMER, 2004).

A fase em que o fascismo se manifestou, denominado por Horkheimer (2004) como “crise da razão”, foi resultado da crise do indivíduo inserido em uma era de avanços de facilidades tecnológicas. Segundo o autor, quando o desenvolvimento tecnológico avança paralelo com a opressão social, a tendência é que a sociedade seja atraída para a desumanização, isso porque a industrialização que caracterizou a era moderna obedecia a princípios de hierarquia, na qual nos interesses “empresários” estavam os objetivos dos trabalhadores. Horkheimer (2004, p. 92) define essa tendência do indivíduo como “atomização”, dizendo:

A emancipação do indivíduo não é uma emancipação da sociedade, mas a libertação da sociedade da atomização, uma atomização que pode atingir seu pico em períodos de coletivização e cultura de massa.

Do mesmo modo, essa dinâmica se traduziu na política, pois a motivação comum dos cidadãos estava nos interesses de um Estado, porém um Estado que captasse sua legitimação. Para Marcuse (1998) o fascismo é definido pelo momento histórico consequente do liberalismo econômico que mudou as relações sociais, o que levou à necessidade da negação de aspectos da tradição democrática, como liberdade individual. Por isso a teoria da sociedade moderna alemã que se consolida antes mesmo da aparição do movimento nazista foi inspirada na teoria econômica e social marxista, mas que se desdobrou de maneiras diferentes principalmente no aspecto tangente aos sentimentos nacionais (REICH, 1988).

Nesse sentido, o declínio da razão atingiu todos os níveis sociais na Alemanha uma vez que a sociedade moderna se tratava de uma totalidade (HORKHEIMER, 2004). A tendência à atomização foi aproveitada pelas classes médias para propagar seu ideal de nação, [Digite aqui]

enaltecendo o destino da comunidade próspera em detrimento dos valores individuais, mesmo que isso significasse distorcer concepções de privacidade e moralidade (ELIAS, 1997). Na verdade, todas as camadas sociais da Alemanha naquele momento compartilhavam um comum sentimento de decepção e revanchismo, aos quais somente os partidos extremistas pareciam ter as soluções (FEST, 1993). Quanto a isso, Arendt (2012, p. 611) comenta que “sempre que galgou o poder o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, políticas do país”.

Portanto, a ascensão do totalitarismo na Alemanha a partir de 1918 não pode ser considerada uma revolução, na medida em que foi resultado da junção de circunstâncias históricas de ruptura, as quais, porém, não teriam alcançado os extremos que alcançou não fosse a liderança de Adolf Hitler (FEST, 1993).

Esse movimento, como vemos agora, não alterou as relações básicas do processo produtivo que ainda é administrado por grupos sociais especiais que controlam os instrumentos de trabalho independentemente das necessidades e interesses da sociedade como um todo. A organização econômica do Terceiro Reich é construída em torno das grandes combinações industriais que, em grande medida com a ajuda governamental, aumentaram constantemente seu domínio antes da ascensão de Hitler ao poder. (MARCUSE, 1998, p.69).

Embora Fest (1993) e Arendt (2012) argumentem que Hitler foi o protagonista e o responsável pela manipulação que levaram aos eventos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Paxton (2004) argumenta que reduzir a “culpa” à figura de um único líder seria uma forma de absorver a legitimação daquela sociedade, que o estudo dos movimentos totalitários deve ser feito de tal modo que se possa olhar sem julgamentos como cada ator contribuiu. O argumento de Reich (1988) agrega os dois pontos de vistas – e serve ao objetivo analítico de mapear ao fascismo – ao dizer que a relevância da Hitler para o fascismo está em conseguir representar o povo alemão e sua revolta com as autoridades que humilharam e escravizaram a pátria alemã. Por isso, a análise do período da ascensão de Hitler ao poder se confunde com sua personalidade, uma vez que ele refletia os valores do seu tempo (FEST, 1993).

Nacional-socialista por excelência, vindo ele próprio da classe média baixa que acreditou que a guerra seria sua chance de glória, Adolf Hitler conhecia as emoções que a juventude alemã experimentava. Tendo sido ávido consumidor das obras de Nietzsche, Schiller e Wagner, ele conseguia expressar as ideias românticas e heroicas que permeavam o nihilismo dos jovens que viam na guerra a única via de fazer sentido da sua existência (FEST, 1993). Foi nesse contexto que houve a formação do que Arendt (2012) denominou “geração [Digite aqui]

de vanguarda”, a juventude “absorvida pelo desejo de ver a ruína de todo este mundo de segurança falsa, cultura falsa e vida falsa” (ARENDR, 2012, p. 459).

Nessa perspectiva, o grande mérito do partido Nazista está na eficiência com a qual esses ideais ufanistas foram transformados em propaganda, pois como dito anteriormente, era através do capitalismo editorial que uma elite conseguia filtrar e disseminar os significados de seu interesse (ANDERSON, 2008). Na Europa do século XVIII a arte que se espalhava através das elites de classe média alta, o que Gellner (1983) chamou de alta-cultura, era determinada a reproduzir uma autoimagem da nação que eles imaginavam. Ou seja, a arte naquele momento não precisava representar o mundo como realmente era, mas trazer um novo sentido da história e dos mitos em direção a um mundo em que suas ações tivessem outro significado (ELIAS, 1997).

A conveniência da arte nacional-socialista é reconciliar os homens com o mundo tal como ele é. A arte abandonou todos os elementos de protesto e estranhamento e tornou-se parte integrante das massas manipuladas da vida cotidiana. (MARCUSE, 1998, p. 91).

O argumento de Arendt (1964) é que a legitimação do Partido Nazista foi consequência de uma série de propagandas que mexiam com sentimentos genuínos das massas, porém filtrados para formar mentiras, e, segundo a autora, a maior delas está na figura do povo judeu como inimigo. Após meses em prisão, ao ser liberado em 1924, Adolf Hitler havia escrito *Mein Kampf*, material que se encontrou nas técnicas propagandísticas de Joseph Goebbels¹, e moveu milhões de alemães em prol do projeto nacional-socialista, uma vez que carregava todo o seu ressentimento do líder com relação à humilhação do povo alemão, com ideias de expansionismo e toda culpa que atribuída a uma suposta dominação judaica. A propaganda nazista era planejada e racionalizada a partir da irracionalidade das massas, transformando mitos e imagens em slogans (FEST, 1993).

Eichmann precisava apenas lembrar o passado para se sentir seguro de que não estava mentindo e de que não estava se enganando, pois ele e o mundo em que vivia estiveram em perfeita harmonia. E aquela sociedade alemã de oitenta milhões de pessoas tinha sido protegida contra a realidade e fatalidade exatamente pelos mesmos meios, o mesmo autoengano, mentiras e estupidez que agora estavam arraigados na mentalidade de Eichmann. Essas mentiras mudavam de ano para ano e frequentemente se contradiziam; além disso, eles não eram necessariamente os mesmos para os vários ramos da hierarquia Pary ou para o povo em geral. (ARENDR, 1964, p. 25)

¹ Joseph Goebbels (1897-1945): Ministro da Propaganda do Alemanha durante o governo de Hitler, e principal idealizador da propaganda política do Partido Nazista.

A verdade é que não existia de fato um plano de governo concreto e transparente para a população, apenas a promessa do objetivo final: a reconquista do orgulho do povo alemão. Os regimes totalitários nacionalistas pressupõem uma ideia de destino e superioridade, portanto, na medida em que essa mensagem era representada através do Führer, o “amorfismo” administrativo do aparelho estatal passa a ter legitimidade como instrumento de poder (ARENDETT, 2012). Nessa perspectiva, na medida em que a propaganda era eficaz em acender as chamas do heroísmo através do nacionalismo romântico, também favoreceu as investidas hitleristas de remilitarização (ELIAS, 1998).

No contexto em que a Europa industrializava-se rapidamente, as consequências do Tratado de Versalhes na Alemanha em adição a uma crise econômica foram uma enorme taxa de desemprego e um atraso tecnológico palpável, que se traduzia numa desvantagem diante de um mundo onde se estabelecia o livre comércio. Por isso, Hitler primeiramente direciona grandes reforços estatais a fim de “alcançar” o nível de tecnologia das grandes potências da época, como Inglaterra e França. Esse momento do Third Reich foi denominado por Marcuse (1998) de “tecnocracia”, a qual mascarava a irracionalidade do Partido Nazista através da eficiência tecnológica.

Devido ao sentimento ufanista e o sucesso que das investidas de industrialização do país tiveram em subverter a situação do desemprego, a liderança nazista rapidamente ganhou mais adeptos, de todas as classes sociais. Hitler conseguia propagar suas mensagens tanto para as elites quanto para as massas, que não se atentavam para a contradição dos discursos, pois mais importantes eram os resultados palpáveis (FEST, 1993). No entanto, Paxton (2004) argumenta que, apesar de ter sua importância a aprovação das classes médias altas, estava nas massas o grande diferencial do impacto hitlerista. Isso porque eram através delas que a mensagem ufanista fazia que o movimento ultrapassasse a linha de uma crise econômica e se tornasse uma questão político-social.

Segundo o autor se as revoluções se tratassem apenas de uma questão econômica, já teria havido muito mais desses movimentos na história, então não existe sentido psicológico em atribuir revolução à situação econômica, e foi nisso que o marxismo não prevaleceu sobre o fascismo, pois falhou em reconhecer o valor que misticismo ideológico tem sob as massas.

(...) na prática política, é decisiva a distribuição ideológica e não a econômica. Vê-se, assim, que a classe média baixa desempenha um papel político mais importante do que lhe foi atribuído.[...]

No período de rápido declínio da economia alemã (1929-1932), dá-se a grande ascensão do Partido Nacional-Socialista, de 800000 votos em 1928 para 6400000 no outono de 1930, 13 milhões no verão de 1932 e 17 milhões em janeiro de 1933. Segundo cálculos de Jaeger (“Hitler”, Roter Aufblau, outubro de 1930), dos 6400000 votos recebidos pelos nacional-socialistas, cerca de três milhões eram de trabalhadores, dos quais 60% a 70% eram empregados e 30% a 40%, operários. (PAXTON, 2004, p. 34).

Apesar do ritmo impressionante, a reconstrução e modernização da Alemanha logo atingiria um limite na medida em que o livre comércio permanecia uma realidade irrefreável, o que levou ao encolhimento da capacidade interna de mercado. Assim, as circunstâncias acarretaram na necessidade de buscar sustento externo, abrindo espaço para uma fase em que prevaleceria uma política imperialista como solução plausível, mesmo para Estados considerados democráticos. A economia alemã precisava então invadir o espaço das relações políticas e expandir-se através da dominação (MARCUSE, 1998).

Em 1935, após três anos de recuperação industrial e econômica, Adolf Hitler anuncia seu plano para rearmamento, em contradição aos desígnios do Tratado de Versalhes, que incluía a formação de uma força marinha e, em especial, uma aérea, a Luftwaffe. No mesmo ano, Hitler também anunciou que buscava reconquistar as terras que, “por direito”, eram alemãs. A política que passou a ser adotada, portanto, era de caráter imperialista, que se sustentava no discurso característico do nacionalismo das décadas de XIX e XX, no qual a Alemanha apenas desejava levar a paz através da união dos povos alemães que haviam sido obrigados a separar-se (ARENDDT, 1964).

Assim, a característica central do sistema internacional dos últimos quinhentos anos desde a descoberta das Américas tem sido o imperialismo e o colonialismo, cujo fundamento de dominação, além da força, foi a ideologia de superioridade racial e civilizacional em relação as colônias e seus povos e a agressão aos sistemas políticos, sociais, e culturais de nações dominadas, pela força, pelas metrópoles europeias (GUIMARÃES, 2008)

Nesse contexto, o sucesso do modelo intervencionista do autoritarismo na economia e na sociedade havia cativado as populações de classes médias e baixas nacionalmente, mas os resultados de Hitler também ganhavam reconhecimento e legitimação internacional, inclusive de países liberais que não sucederam na mesma proporção. As Olimpíadas sediada na Alemanha de 1936 foi o marketing essencial para anunciar doméstica e internacionalmente a prosperidade do país (FEST; HERRENDOERFER, 1977). Portanto, o descumprimento dos acordos de 1918 foi permitido em parte pelo respeito que Hitler estava conquistando dos outros líderes por suas conquistas, mas em parte também ao incisivo discurso contra o Comunismo, que segundo o austríaco seria um mal tão ameaçador quanto o povo judeu.

[Digite aqui]

Assim, Inglaterra e França acreditavam que Alemanha seria um obstáculo contra o avanço russo (FEST, 1993).

Nesse sentido, Whitehead (1986) explica que o sucesso de um regime autoritário depende bastante das suas capacidades de negociação no âmbito das relações exteriores, seja para com outros países democráticos ou com países periféricos. De acordo com o autor, como a tradição europeia de política externa na era moderna esteve mais pautada “em impérios coloniais do que em liberdades pessoais” (p. 11), então as primeiras investidas de Hitler na região do Leste Europeu em que havia uma minoria étnica alemã não foram vista com alarde.

Há um tom inescapável de etnocentrismo em todas as tentativas de uma nação de promover o que ela considera ser “democracia” entre outros povos. Existe um profundo dilema aqui. A teoria política afirma de forma mais poderosa que a democracia expressa uma aspiração humana fundamental, não confinada a nenhum território ou período de tempo particular (WHITEHEAD, 1986, p. 45).

Em resumo, podemos, portanto, distinguir dentre os argumentos dos autores, cinco condições que favoreceram a ascensão do Nacional Socialista e a legitimação do poder do Partido.

- 1) A atomização do indivíduo: o medo do isolamento que caracterizada a sociedade industrial, que via na coletividade e no imaginário comum, resguardado nas mãos de um único líder;
- 2) O nacionalismo romântico como propaganda: por conhecer tão bem os sentimentos de descontentamento e revolta, o discurso de Hitler encontrou nas técnicas de Goebbels o método de consolidar o imaginário nacionalista, reforçando os mitos heroicos através da redenção da guerra e na derrota do inimigo;
- 3) Industrialização: motivação para a rápida industrialização, Hitler congregou as aspirações bélicas da juventude e a necessidade de gerar mais empregos e investiu em um arsenal militar, de tecnologia e pessoas, em preparação para a esperada guerra;
- 4) Mobilização das massas: Hitler investiu na mobilização dos sentimentos das massas para legitimar seu poder e ter suporte para as futuras investidas, e o contentamento desse volumoso grupo foi o diferencial para manter-se no poder e ter respeito dos líderes;
- 5) Política externa: articulada através do imperialismo, Hitler confiava na superioridade do povo alemão ao mesmo tempo em que negociava com outras potências e ganhava seu respeito de legitimidade.

Essas condições causais, interdependentes entre si, serão o ponto de indução para a análise do nacionalismo polonês, e de que forma elas apareceram em outro movimento autoritário que se pautou no nacionalismo europeu do século XIX e XX para criar ruptura na estrutura estatal e instaurar um novo governo.

2. A FORMAÇÃO DO NACIONALISMO POLONÊS

2.1 A fase do nacionalismo romântico (1795-1863)

Zaryski e Warczok (2020) explicam que a fim de compreender os fatos centrais para o debate acerca da construção do nacionalismo polaco e identificar a presença ou ausência das condições causais atribuídas responsáveis pela conquista da independência e que fazem parte do imaginário nacionalista polonês até hoje, é preciso entender a organização política da Polônia a partir de 1795. Isso porque, até o momento não existia uma consciência comum do povo que habitava o território polonês, que constituía uma das populações mais etnicamente diversas da Europa. Retomando as dimensões institucionais que moldam o nacionalismo para Smith (1998), as únicas dimensões que uniam aquele povo naquele momento era a tutela do mesmo governo (o Estado) e a ligação ao mesmo Território.

No entanto, em 1795, o país (na época, a *Commonwealth* Polônia-Lituânia) sofreu a sua terceira grande invasão, orquestrada pela união de três impérios: o Russo, o Austríaco e o Prussiano. Em 1772, a *Commonwealth* já havia sofrido uma grande invasão e perdido terras para as mesmas três potências, e em 1793, a Rússia e a Prússia se uniram novamente e distribuíram entre si mais lotes de terras (DAVIES, 2005). Quando em 1795 os três maiores impérios da época criaram mais uma aliança para invadir a Polônia, e após a derrota, finalmente a dominação foi efetiva, com rei sendo despachado da capital e obrigado a abdicar, e a expulsão de todos os embaixadores estrangeiros. Em 1797 houve a assinatura definitiva do tratado que delimitou a partilha do que restava do território polonês, eliminando de uma vez aquele Estado do mapa (ZAMOYSKI, 2009). Em consequência do que ficou conhecido como A Terceira Grande Partilha, a Polônia só voltaria a existir cento e vinte e três anos depois.

Na condição de inexistência de um Estado, o povo polaco formou um caso peculiar para o estudo do nacionalismo, uma vez que o forjamento de uma identidade nacional seria imprescindível para o renascimento do Estado. Porém, como dito anteriormente, “identidade nacional” não era algo que tinha precisado existir até aquele momento (PACZKOWSKI; CAVE, 2003).

Figura 01 – Partilhas da Polônia, 1772–95



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc, 2020.

Em primeiro lugar, é importante estabelecer o dilema que a Partilha cria para o historiador que deseja mapear o progresso da nação polaca: de quais polacos se está tratando? Dado que os que antes se denominavam “polacos” agora deveriam responder como “russos”, “prússios” ou “austríacos” – embora o domínio Austro-húngaro não tenha sido tão dedicado a reprimir traços culturais ou de nacionalidade como língua e religião quanto os demais – a população da extinta *Commonwealth* da Polônia-Lituânia tratava-se majoritariamente de camponeses com pouca instrução e sem fortes laços étnicos ou de identidade nacional (ZAMOYSKI, 2009).

[Digite aqui]

Desse modo, desde a última partilha até a metade do século XIX, a identidade nacional polonesa passou a ser um projeto de uma de uma pequena elite socio-política, a *szlachta*, pois era a única parcela populacional que ainda recordava a Primeira República e que mais foram afetados pela dominação (ZAMOYSKI, 2009). Essa mesma elite havia sido a idealizadora da constituição polaca de 1791 (a segunda do mundo), que era baseada nas ideias iluministas de libertação que inspiraram a Independência dos Estados Unidos em 1776 e a Revolução Francesa. Enquanto para o campesinato a Partilha não tivesse significado grandes mudanças naquele momento, para essa pequena nobreza significava não só a perda de autoridade, mas a supressão do avanço dos estudos iluministas sobre diplomacia, economia, e temas sociais e constitucionais (DAVIES, 2005). Nessa perspectiva, começa os primeiros passos para a criação de um nacionalismo polonês.

O desmembramento da Comunidade apresenta ao historiador da Polônia um dilema: deve cartografar o progresso de cada uma das nações órfãs – Lituanos, Ucrânios, Bielorrussos, judeus, Alemães e outras minorias que a habitavam – ou concentrar-se nos Polacos? Esta segunda hipótese pareceria ser a escolha mais sensata, mas coloca de imediato a seguinte questão: que Polacos? Cerca de 90% dos polacos étnicos eram camponeses analfabetos desprovidos de consciência nacional, mas a <<nação política>>, formada pela *szlachta* e pela nova classe média culta, era constituída por membros de quase todas as nacionalidades representadas na Comunidade. (ZAMOYSKI, 2009, p. 205).

Essa primeira fase do projeto nacionalista polaco, denominada pelos autores como a fase do nacionalismo romântico, é dotada de diversos dilemas acerca de como o projeto de renascimento da Polônia ia ser conduzido. O antigo Estado já era vastamente multiétnico e o espaço entre os estratos sociais ainda era significativo e sem aspirações de mobilidade, no entanto, com a divisão entre os impérios e as distintas formas de gerir seus espaços adquiridos, a disparidade social apenas tornou-se maior (DAVIES, 2001).

Nessa perspectiva, naquele momento o foco da *szlachta* estava na recuperação das fronteiras – ou seja, unir através da dimensão territorial – pois a elite esperava que o apego à geografia tradicional da Polônia motivaria os habitantes, independentemente de classe social. Além disso, a esperança da *szlachta* se sustentava muito nos ideais de libertação franceses, os quais acreditavam que levaria à inconformidade com da situação dos poloneses, e assim, a França e demais Estados advogariam por sua causa. (BILENKY, 2012).

A crença de que o campesinato seria sensibilizado a lutar pela recuperação das fronteiras e que as potências ocidentais viriam ao resgate não só permeava a esfera política, mas também as artes do início do século XIX (PRIZEL, 1998). Segundo Davies (2001), as

[Digite aqui]

maiorias dos países da Europa, nessa época, tiveram a vida artística ligada à política, no entanto, nenhuma foi intrinsecamente relevante como na Polônia. A própria ideia de nacionalismo encontrou dos poloneses que então questionavam sua identidade a expressão de superioridade na qual se apoia um projeto patriótico.

Em outras palavras, a *szlachta* propagava nos seus atos políticos a sua crença romântica da Polônia como uma nação superior, o “Cristo das Nações”, a qual estava destinada a ser salva pelos vizinhos que também acreditam no liberalismo. A pequena nobreza que há alguns anos se inspirava na França como símbolo de libertação acompanhava naquele momento a ascensão de Napoleão Bonaparte, e sai nas suas empreitadas militares o futuro da libertação polaca (ZAMOYSKI, 2009).

O preconceito de considerar a sua nação melhor do que as demais tem sua origem na ideia de que as divindades teriam escolhido um povo, uma certa nação, como eleita, isto é, a nação como um conjunto de indivíduos que adoravam uma certa divindade. (GUIMARÃES, 2008).

Nesse sentido, é importante salientar que a elite intelectual polaca não tinha os russos, os austríacos, os prussianos, ou qualquer outro povo como inimigo. Para eles o inimigo estava no modelo imperialista, e o avanço napoleônico contra o Tzar inspirou montantes dessa classe social a deslocar-se para integrar o exército de Bonaparte ou criar uma legião de soldados em Varsóvia e Cracóvia (quando houve a última partilha, já não havia um exército nacional) para ajudar nas invasões.

Muitos integrantes dessas legiões vinham de uma tradição acadêmica, uma vez que era nos ambientes universitários – até então, permitido – que os debates de retomada do território através da ofensiva militar encontravam fôlego na filosofia romântica (DAVIES, 2001). Em especial na Universidade de Vilno (hoje pertencente ao território da Lituânia), surgiram os principais escritores da tradição romântica polaca, que a ajudaram a forçar a identidade polonesa remanescente até a atualidade. Dentre eles, o mais marcante foi Adam Mickiewicz (KOROPECKY, 2008).

Nascido em Vilno, durante os últimos anos da *Commonwealth* da Polônia-Lituânia, Mickiewicz definiu a essência do nacionalismo romântico polonês. Para ele, a “polonidade” não estava na homogeneidade étnica, sentindo-se pertencente à nação Polônia mesmo que se identificando com lituano. Em seus poemas estava descrito a saudade dos tempos de glória anteriores 1771, os quais deveriam refletir o futuro a ser almejado por todos que tiveram suas

terras tomadas, futuro este que só poderia acontecer no presente através do sacrifício em prol de uma causa comum a todas. Mickiewicz também trazia a imagem do herói romântico, aquele que encontrava o seu destino através da morte por um ideal (KOROPECKYJ, 2008).

O poeta, assim como outros contemporâneos que fizeram parte do mesmo movimento de vanguarda, foi perseguido pelos oficiais russos e emigrou para a Itália e França, onde se juntou aos exércitos de Bonaparte, mas sem interromper as publicações que chegavam aos territórios partilhados através de jornais clandestinos (DAVIES, 2005).

A língua polonesa forneceu a porta de entrada para a literatura não oficial e para interpretações independentes da História. No período romântico, ambas as atividades encontraram amplo apoio nas modas intelectuais predominantes da época. Nas mãos de Adam Mickiewicz (1798 - 1855), Juliusz Slowacki (1809 -49) e Zygmunt Krasinski (1812-59), a poesia e o drama poloneses floresceram como nunca antes. Esses autores aplicaram as habituais obsessões românticas com agonia, horror, separação e morte a assuntos especificamente nacionais. (DAVIES, 2005, p.17).

Nesse contexto, entre 1797 e 1863, ocorreram várias revoltas e insurreições contra os Impérios, porém sem grandes sucessos. Mesmo que por um período Napoleão tenha conseguido tomar uma porção do território polonês e instituir por um período o Ducado de Varsóvia (1807 - 1815), depois da sua derrota na Rússia, a situação voltou a ser a mesma geograficamente. Porém, politicamente, enfurecido pelas empreitadas, Nicolau I (1796 - 1855) passou a adotar uma postura ainda mais severa em relação aos poloneses. Foram fechadas escolas e igrejas, o idioma polonês fora proibido na vida pública, e qualquer expressão de nacionalidade polaca estava sujeito a penas (ZAMOYSKI, 2009).

O Concerto Europeu e o Congresso de Viena vieram então como um chamado de alerta para os poloneses, que viram a Rússia colocar mais imposições violentas sem que qualquer outro Estado lhe fizesse oposição. Isso fez com que a elite culta se sentisse desiludida com o Ocidente, que perceberam que nenhum daqueles países tinha interesse em ver uma Polônia independente se isso significasse o embate com Impérios, mesmo que as potências do Oeste do Leste Europeu tivessem ideologias políticas conflitantes no meio do século 1863 (DAVIES, 2001).

O século XIX é frequentemente visto como o ponto alto da Diplomacia Europeia, o apogeu do 'Concerto da Europa'. O fato é que a Polônia foi amplamente excluída daquele Concerto. Em alguns festivais diplomáticos, como o Congresso de Viena, os interesses poloneses foram levantados, apenas para encontrar a rejeição. Na maioria das ocasiões, entretanto, como no Congresso de Paris em 1856 ou no Congresso de Berlim em 1878, eles nem mesmo foram mencionados. Um precedente sólido foi estabelecido pelo qual a Diplomacia Ocidental poderia falar sobre a Polônia ou manter

o silêncio, mas não se poderia esperar que inspirasse uma ação prática. (DAVIES, 2001, p. 208-9).

Apesar do fracasso dos levantes e do massacre moral às instituições polonesas, a trajetória do projeto nacionalismo agregou características importantes naquele ponto na medida em que a produção literária e intelectual tinha sido vasta e as imigrações e contato com exércitos de outros países haviam deixado reminiscência na consciência nacional. Essas reminiscências apenas necessitariam ser ressignificadas para um novo formato de nacionalismo que funcionasse com as mudanças da época (DABROWSKI, 2004).

2.2 A fase do nacionalismo positivista (1863-1905)

Em 1863 o projeto nacionalista da elite polaca sofreu uma mudança brusca. Com as derrotas nas empreitadas contra o imperialismo, o abandono do Ocidente, a radicalização da opressão e a percepção de que a condução do movimento não só excluía mas aprofundava a distância entre os estratos sociais, causou a realização de um novo modelo para fins de sobrevivência. Houve uma mudança, sobretudo em relação ao romantismo nacionalista das décadas anteriores, visto agora com extremo ceticismo por significar ilusão e não trazer resultados. A postura que passaria a ser adotada era de um nacionalismo positivista (DABROWSKI, 2004).

Para entender como essa virada aconteceu é preciso retomar alguns fatos chave da fase anterior. Apesar do idealismo romântico não ter funcionado como projeto de libertação, a intensa produção editorial juntamente com a popularidade das universidades promoveu um significativo decréscimo nos números de analfabetismo entre as populações das três partilhas. Concomitante a isso, os anos de partilha no contexto de revolução capitalista da Europa no século XIX, ocasionaram na mudança da elite política da pequena nobreza (*szlachta*) para a classe média culta (*intelligentsia*). Esta, por ter feito parte da efervescência acadêmica dos anos anteriores, que promovia debates e reprodução editorial, e que agora, subitamente, estava reprimida de tal ambiente, passava agora a ser a parte condutora do projeto nacional polonês (MICINSKA, 2014).

Portanto, o positivismo não era uma ideia completamente nova para os polacos em 1863, mas passou a ganhar mais relevância naquele cenário. A *intelligentsia*, em primeiro lugar, percebeu que a fraqueza dos polacos estava no atraso tecnológico, e que, para se fortalecer a ponto de renascer como Estado, o objetivo da nação deveria voltar-se para o

[Digite aqui]

desenvolvimento interno. As ideias positivistas encontravam motor em filosofias advindas das ciências da natureza que se popularizavam na Europa, em especial a teoria darwiniana de competição perpétua entre as espécies, na qual a *intelligentsia* baseou-se para propagar um novo princípio de condução pública: “a sociedade orgânica” (PRIZEL, 1998).

Ou seja, a sociedade precisaria funcionar como um organismo vivo e interdependente, que deveria trabalhar continuamente em prol de evitar a estagnação – pois, assim como um organismo humano, o organismo social falece se ficar inerte. Isso também significaria evitar qualquer confronto com as grandes potências, mesmo os Impérios “partilhadores”, para que o foco ficasse apenas na resolução objetiva de problemas internos através da industrialização (MICINSKA, 2014).

No entanto, um grande obstáculo estava na enorme disparidade entre os domínios partilhados. Enquanto na Galícia – nome da região polonesa sob o domínio do Império Austro-Húngaro – os polacos tinham um maior nível de acesso à novidades industriais e tinham a oportunidade de integração nesses ambientes laborais, nas repartições russa e prussianas o campesinato, a pobreza e a exclusão tecnológica ainda reinava, passando a ser agravada pós Insurreição de Janeiro – nome da empreitada fracassada de 1863) – uma vez que foram abolidas escolas, exército nacional, partidos políticos ou qualquer instituição científica ou cultural (DAVIES, 2005). Isso significava também a abolição da Igreja Católica, vista como a expressão máxima de “polonidade” e que era parte vital da vida do campesinato dominado. Isto, em conjunção à proibição da língua polonesa da vida pública foi o motor para mover as massas para uma causa que antes não lhes representava (BILENKY, 2012).

Diante de um cenário de tamanha desigualdade, a solução encontrada pela *intelligentsia* para equacionar as repartições foi importar modelos que funcionavam do Ocidente (ZARYCKI; WARCZOK, 2020). Primeiramente, investiu-se dos escritórios editoriais localizados na parte austríaca, uma vez que ali os líderes tinham maior possibilidade de liberdade de expressão, podendo reproduzir seus conhecimentos de maneira ágil que poderia ser infiltrada para o Leste através das organizações clandestinas que foram formadas para reproduzir ensinar a língua e a história polonesa. Em segundo lugar, estando os polacos dentro do domínio russo e prussiano limitados da participação de cargos públicos, a classe média culta passou a investir em maiores oportunidade para cargos de privados para essa população em indústrias e bancos, o que aceleraria a economia (MICINSKA, 2014)

Dessa forma, a segunda metade do século foi marcada por um grande avanço industrial e econômico, que também foi refletida na literatura, que também perdeu o caráter idealista e inocente que refletia as angústias da *szlachta* para um perfil mais prático a ser incorporado pelos trabalhadores da nação- organismo que estava sendo construída (ZAMOYSKI, 2009).

As obras dramáticas de Mickiewicz, Slowacki e Krasinski não foram escritas para a cena dado que à época da sua produção não existia qualquer teatro onde pudessem ser representadas. Impregnadas de argumentos de caráter ético ou político e muito baseadas no simbolismo, assumiram uma forma fantástica e incorpórea única na dramaturgia europeia. Os teatros que abriam na década de 60, em Poznan, Lvov, Cracóvia e, mais tarde, em Varsóvia, encorajaram uma tradição dramática mais realista e que versava temáticas da vida quotidiana. (ZAMOYSKI, 2009, p. 259)

Embora a fase do nacionalismo positivista tenha conseguido envolver mais o campesinato para o projeto, ainda existia um significativo problema de distanciamento entre elite e massas. Uma consequência do nacionalismo editorial da *intelligentsia* foi a “superprodução” de uma população culta e educada em meio a um país majoritariamente analfabeto (DAVIES, 2001). Isso repercutiu negativamente na medida em que a antiga nobreza e a classe média culta se viam em processo de empobrecimento ao passo que a mobilidade social aumentava e os mesmo espaços podiam ser ocupados pelas classes mais baixas em busca de igualdade. A perspectiva de melhora de vida através do desenvolvimento também afetou a parcela feminina da população, que devido aos parceiros frequentemente aprisionados ou exilados, tiveram que participar dos ambientes de trabalho, o que lhes inflamou exigências em direção à liberdade (LATAWSKI, 1992).

Nesse contexto, outra parcela social que foi muito favorecida dentro da “sociedade orgânica” foram os Judeus, que devido ao intenso investimento nos bancos, conseguiram emancipação (LATAWSKI, 1992). É importante lembrar que até então o nacionalismo polonês que estava se formando não tinha qualquer caráter étnico exclusivista. Enquanto os românticos acreditam que a Polônia se definia através da sua multidiversidade, os positivistas focavam no aspecto econômico e viam as disparidades sociais como algo temporário, que através da industrialização e do método científico, evoluiria e encontraria seu estado de equilíbrio eventualmente. Para eles, a participação dos judeus no sucesso que aquelas sociedades adquiriam através das “leis da ciência” naturalmente os guiaria à conversão e à assimilação com a identidade polaca (PORTER, 2000).

No entanto, o enriquecimento da população judaica passou incomodar a nobreza que bruscamente perdia seu *status*. Depois da virada para o século XX, o nacionalismo polaco passaria a incorporar traços dos projetos nacionais mais característicos da era moderna. Se até então não existia uma política de massas, a retórica então sofreria outra transformação crucial quando passou a pautar o que definia a identidade nacional polaca de maneira mais estreita (ZAMOYSKI, 2009). Segundo Porter (2000), a *intelligentsia* conseguiu fazer um efetivo trabalho em estabelecer e disseminar a consciência comum do que era “polonidade”, permitindo que essa essência continuasse existindo apesar da ausência de um aparelho estatal, mas que ao mesmo tempo teve que redefinir conceitos conspiratórios ao passo que uma camada da população adquiria ideais de emancipação.

O “trabalho orgânico” como era propagado pela *intelligentsia* positivista polaca pode haver de fato promovido uma rápida modernização do território, porém os polacos étnicos se viram em bastante desvantagem em relação aos alemães e judeus, principalmente depois da Grande Depressão que se instaurou em 1873 (PRIZEL, 1998). Atores externos também instauraram uma urgência em um “nacionalismo estreito”, como a tentativa na Polônia Prussiana de “germanizar” o sistema educacional e a crescente onda de nacionalismo que se instaurava na Europa, mas, sobretudo o mais definidor foi o aumento da taxa de letrados e um consequente interesse em massa por política, frutos da fase anterior.

Naquele momento, seria necessário entender qual a direção que aquela recém-adquirida consciência significaria para o futuro da Polônia. Dessa forma, o etnonacionalismo reacendeu o desejo romântico da ressurreição da pátria, mas aproveitando-se da praticidade e do texto político e crítico positivista. (PORTER, 2000).

2.3 A fase do etnonacionalismo (1905 – 1918)

O nacionalismo aos moldes modernos como é reportado por Hobsbawm (1991) também encontrou a Polônia no início do século XX. A elite positivista que acreditava na assimilação das minorias passou a reinterpretar os princípios de Charles Darwin para definição de um nacionalismo que se baseava na pureza étnica, em conjunção com experimentos de Mendel e Louis Pasteur, que demonstravam, grosso modo, como uma bactéria estranha pode infectar a saúde de todo um organismo (PRIZEL, 1998).

Este fenómeno e o aparecimento de um nacionalismo moderno de tendência darwinista entre os outros povos da Comunidade colocou os patriotas polacos numa

dilema porque sugeria – como eles sugeriram – que não só o modelo da Comunidade mas até o de um Estado moderno e baseado no multiculturalismo eram inviáveis. O melhor caminho parecia emular outros Estados europeus e assumir o núcleo étnico e a língua como bases da nação. Mas isto significava rejeitar a inclusividade e a tolerância da Comunidade em benefício de um conforto etnocêntrico e exclusivo [...]. (ZAMOYSKI, 2009, p. 264-4).

Nesse contexto, o salto de urbanização e industrialização que ocorreu nas décadas associada à disseminação literária ajudaram à nova fase em que a *intelligentsia* adotaria uma “política de massa”, investindo pela primeira vez no envolvimento de uma grande porção populacional nos projetos públicos (PACZKOWSKI; CAVE, 2003). Isso se deu uma vez que a mudança da doutrina social europeia se formulava para a ascensão dos ideais socialistas, que pregavam a contestação contra líderes opressores. A propagação desse novo modelo deixou claro para os líderes poloneses que já não adiantaria apenas focarem no desenvolvimento interno: para superar suas dificuldades eles precisariam se reorganizar a fim de tomar os instrumentos de poder (MICINSKA, 2014).

Para tanto, a “política de massas” que compreendiam ser imprescindível para a independência foi pautada a partir da adoção de um “nacionalismo estreito” como ponte entre as classes. Por “nacionalismo estreito” podemos entender a projeção da identidade de modo mais restrito etnicamente, limitando os verdadeiros símbolos que comporiam o imaginário comum polonês (ZARYSCKI ; WARCZOK, 2020). Além disso, precisaria ser definido um consenso sobre a forma como deveria ser alcançada essa independência. Nesse contexto, algumas organizações político-ideológicas surgiram na região da Galícia com proposta de agendas, porém dois líderes de partido ganharam mais destaque e voz ativa dentre esses debates: Roman Dmowski, do Partido Nacional-Democrata, e Józef Pilsudski, do Partido Socialista Polaco (DAVIES, 2001).

Roman Dmowski (1864-1939) é tido como o pai do nacionalismo moderno polonês, justamente por ter sido o líder que pautou o novo formato restrito do projeto nacional (DAVIES, 2001). Comprometido com a causa polaca desde 1892, Dmowski foi parte ativa da *intelligentsia* que floresceu dentro das organizações patrióticas do período positivista, tendo por esse motivo passado um ano aprisionado em Varsóvia e logo depois exilado. Ao retornar para a Galícia então fundou a Liga Nacional, organização partidária que, como característico do período também participava da dinâmica tradição editorial, publicava o jornal *Przegląd Wszepolski* (The All-Polish Review), cujo qual Dmowski era o editor chefe. Como o próprio nome sugere, o jornal era o veículo pelo qual o líder reproduzia sua percepção de que

[Digite aqui]

o multiculturalismo e a tolerância eram os grandes males da Polônia, e se estes não fossem superados, significaria que a opressão dos valores tradicionais polacos apenas se agravaria (DAVIES, 2001).

Nessa perspectiva, Dmowski encabeçava a parte da população extremamente descontente com a ascensão judaica e a prosperidade germânica. Isso fez com que a agenda do Partido Nacional-Democrata – evolução institucional de Liga Nacional – colocasse a Alemanha como inimigo da independência da Polônia, devendo este país ser derrotado num eventual conflito, o qual só poderia ser vencido se houvesse um alinhamento com outra potência, mais especificamente, a Rússia. Além disso, o democrata também levou a proposta do projeto de libertação para as potências liberais do Ocidente, Inglaterra e França, devido à sua ideologia aparecer como contradição às ideias socialistas que cresciam no Leste. Desse modo, Dmowski trouxe a Questão Polonesa de volta para a pauta da política internacional (ZAMOYSKI, 2009).

Por outra frente, paralelamente crescia o nome de Józef Pilsudski (1867- 1935), visto como o grande responsável pela independência da Polônia moderna (DAVIES, 2001). Assim como Dmowski, a vida política de Pilsudski começou no período positivista, porém sua ascendência lituana fez diferença na forma como viria a conduzir suas empreitadas públicas. Entre períodos que era preso e libertado devido a confrontos contra autoridades russas, Pilsudski escrevia e era editor do *Robotnik* (O Trabalhador), jornal que usava como plataforma de divulgação de sua ideologia a qual visava a independência da Polônia aos moldes das fronteiras 1772 (ZAMOYSKI, 2009).

Apesar de fazer parte da tradição positivista e compartilhar das teorias socialistas, Pilsudski havia passado a sua infância na região de Vilno (Lituânia) em contato com as poesias românticas de Adam Mickiewicz, que lhe era apresentada pela geração anterior (KOROPECKYJ, 2008). Isso não significava, todavia, que o nacionalismo de Pilsudski não tivesse o caráter “estreito” do etnonacionalismo polaco que se apoiava na dimensão da língua e das tradições étnicas (ZAMOYSKI, 2009).

O socialismo polaco foi fortemente marcado pela questão nacional. O primeiro manifesto do PPS proclamou o objetivo de uma Polónia independente e restaurada nas fronteiras de 1772, uma pátria para todas as nações que habitava. Tratava-se efetivamente de um apelo à restauração da Comunidade, logo, à hegemonia polaca, que ignoraria as aspirações nacionalistas de muitos lituanos, bielorrussos e ucranianos. (ZAMOYSKI, 2009, p. 265).

A ascendência provinciana encontrou o seu presente positivista de modo que Pilsudski fosse capaz de ter uma identificação maior com a grande massa. Em 1990, quando a publicação das suas opiniões juntamente com o seu ativismo o levou à liderança do Partido Socialista Polaco (PPS), a ideia de socialismo que reinava para grande parte dos polacos não tinha um caráter internacionalista, mas um que via na união dos seus trabalhadores o triunfo da tomada do poder. Portanto, para esta demografia, a grande ameaça para a hegemonia polaca era o czarismo, o que colocava a Rússia como inimigo a ser derrotado em um eventual conflito, o que requereria uma aproximação com o Ocidente, e especial, a França, pois Pilsudski também carregava consigo o deslumbre romântico da Revolução Francesa (PRIZEL, 1998).

Dessa forma, Dmowski e Pilsudski divulgavam versões bastante díspares sobre projeto político nacionalista que deveria conduzir a Polônia ao ressurgimento. Em ambos os casos, um ponto de convergência estava na compreensão de que o alinhamento internacional era imprescindível, pois acreditavam e ansiavam por guerra que aconteceria eventualmente entre as potências do Leste e do Oeste Europeu, devido às tensões ideológicas que cresciam no continente. Compreendiam que, caso um conflito se instaurasse, a fragilização dos Impérios “partilhadores” abriria portas para colocar a independência polonesa em pauta (DAVIES, 2001).

Dmowski e Pilsudski tinham várias coisas em comum. Em uma era de nacionalismo e na era da independência nacional, os dois atribuíram um lugar de destaque em seu pensamento ao conceito de nação. Ambos transcenderam a política partidária, ambos comandando amplamente, muito além dos partidos a partir dos quais suas primeiras carreiras se desenvolveram. Ambos eram democratas autodeclarados, com pouca paciência com a democracia na prática. Cada um considerava o outro como a encarnação do diabo. Fora isso, eram tão diferentes quanto giz e queijo. (DAVIES, 2001, p. 116).

A grande virada para o etnonacionalismo foi entre 1904 e 1905 quando se travou a Guerra Russo-Japonesa, quando as legiões acreditaram que as derrotas russas podiam fragilizar o poder imperial. No entanto, as revoltas que foram investidas pelo PPS em 1905 também foram abafadas, e até a viagem de Pilsudski a Tóquio a fim de convencer o governo japonês a advogar pela causa polaca fracassou. A única consequência positiva foi a motivação de Pilsudski em fortalecer sua base de forças armadas, criando escola de instrução para treinar esquadrões paramilitares (ZAMOYSKI, 2009).

A tentativa de Dmowski diante da fragilidade russa foi por outra direção, e ele passou a investir na diplomacia, galgando caminho do parlamento russo, tentando vender a ideia de

[Digite aqui]

apoio dos poloneses contra os alemães. Conseguiu permissão entre os chefes da Rússia por estes já sentirem-se ameaçados pelas ideias comunistas, e Dmowski mostrar uma alternativa a isto, porém não conseguiu resultados significativos para o projeto polonês (PACZKOWSKI; CAVE, 2003).

O cenário internacional, no entanto, sofreria mais mudanças bruscas em um curto período na medida em que o tabuleiro da Europa se movia na direção da Primeira Guerra Mundial, que teve seu estopim em 1914. Nos anos que antecederam a guerra, Pilsudski já havia treinado uma legião de 12.000 soldados paramilitares, tendo 1913 sido reconhecidos pelo domínio austríaco como organização de apoio do seu exército nacional. O fato é que as potências europeias, em vista de um conflito armado, passaram a buscar na região da Polônia apoio, o que favoreceu o canal de diálogo dos líderes Partido Nacional-Democrata e do PPS com os demais chefes de Estado daquela época (ZAMOYSKI, 2009).

As três potências que dividiam o território polonês faziam promessas aos líderes em troca de força para os exércitos, mas quando Dmowski e Pilsudski tentavam negociar a independência, encontravam reticência (ZAMOYSKI, 2009). No entanto, o ano de 1917 foi definitivo para a história polonesa, pois quando o czar russo foi destituído do poder pelo movimento comunista, ficou claro que apesar da Alemanha e da Áustria aproveitarem-se sem remorso do sentimento revanchista contra a Rússia, eles não tinham pretensões em ajudar no renascimento de um Estado polonês. Percebendo isso, Pilsudski declarou retração das suas tropas que apoiavam os estraves alemães e austríacos, o que acarretou no seu aprisionamento em Berlim (DAVIES, 2005).

Dois anos antes, frustrado com as relações com a Rússia, Dmowski já havia iniciado suas investidas diplomáticas na Inglaterra e França, e especialmente nos Estados Unidos uma vez que o contato com Ignacy Paderewski traria luz a sua causa. Paderewski era um pianista polaco que se exilou nos Estados Unidos durante a época da perseguição artística do século anterior, e cuja tamanha fama o levou a ser convidado por Woodrow Wilson – à época presidente estadunidense – como chefe da missão diplomática em prol da Polônia. Porém o seu claro discurso antisemita de Dmowski causava certo desconforto aos líderes ocidentais, que não apreciavam a ideia de dar apoio (LATAWSKI, 1992).

Em 1918, quando os países estavam às vésperas do armistício, tomados pela consciência de que a Rússia poderia eventualmente recobrar suas forças e pressionados pela

[Digite aqui]

França e Estados Unidos, o governo alemão libertou Pilsudski para que ele retorna-se à Varsóvia e liderasse suas legiões para o fim do conflito. Nessa lógica, em 1918, finda a I Primeira Guerra Mundial, as conferências de Paz em Paris foram realizadas a fim de estabelecer a organização europeia no pós-guerra. Além da necessidade de que os países entrassem em acordo quanto à punição dos derrotados (em especial, a Alemanha), assombrava os chefes de Estado o fantasma do socialismo soviético (ZARYCKI; WARCZOK, 2020).

Nesse contexto, o general Józef Pilsudski abraçou a oportunidade para colocar em pauta o renascimento da sua pátria dentro de fronteiras conhecidas durante a *Commonwealth*. (PORTER, 2000). Pilsudski não tinha a organização e praticidade de Dmowski, porém a melhor identificação dos polacos com o primeiro, associado ao desconforto que as potências sentida com o antissemitismo do segundo fez com que o líder do PPS fosse apoiado como chefe de Estado da recém-nascida República da Polônia, em 11 de Novembro de 1918. O Estado que nascia, no entanto, estava politicamente frágil após as guerras e anos de dominação, além de não ter um exército nacional coeso e uma industrialização desigual por todo seu território. Além disso, Pilsudski ainda teria que lidar de maneira incisiva com uma população que se sentia desconfortável com a independência por temer uma nova invasão imperialista mais agressiva por parte da Rússia (ZAMOYSKI, 2009).

Depois de entender o contexto em que a Polônia encontrava-se quando adentrava os anos 1900 é possível discernir as condições causais que projetaram a sua Independência em 1918 e a instauração da chamada Segunda República. Rastreado as condições percebidas no capítulo no contexto polonês, verificamos o seguinte:

- 1) A atomização do indivíduo: o isolamento ocorreu mais tardiamente e a concentração da individualidade na imagem de um único líder aconteceu no fim do processo de formação do nacionalismo, e na pessoa de Józef Pilsudski;
- 2) O nacionalismo romântico como propaganda: Pilsudski conhecia os elementos irracionais que angustiavam cada extrato social, e os instrumentalizou em forma de propaganda, principalmente, nas páginas do *Robotnik*;
- 3) Industrialização: quando se percebeu o atraso tecnológico polaco, o investimento na industrialização fortaleceu não apenas a economia, mas a força dos partidos em mobilizarem força física para sua causa;
- 4) Mobilização das massas: apenas quando se percebeu que um nacionalismo restrito conferiria coesão é que os líderes conseguiram ascender, no entanto, e embora

[Digite aqui]

Pilsudski tenha conseguido atrair mais multidões para sua causa, a diversidade da Polônia ainda era demasiada;

- 5) Política externa: a Polônia só conseguiu de fato ganhar independência quando potências externas tiveram interesse nisso, mas quando a força de Pilsudski não lhes era mais interessante, o isolacionismo do líder também ocasionou enfraquecimento do país, que voltaria a ser conquistado.

O próximo capítulo, portanto, contrasta os projetos nacionalistas alemão e polonês, a partir do percurso transcorrido neste e no capítulo anterior.

3. OS PROJETOS EM CONSTRATE

Nesse sentido, algumas manifestações nacionalistas presentes no regime autoritário do Nacional-socialismo alemão da década de 1930 discriminam-se como condições causais para ascensão e estabelecimento do nazismo no século XX, mas também são presentes na Polônia, porém neste caso sendo condicionado à independência e estabelecimento da república.

3.1 A atomização do indivíduo

Assim, identificamos a primeira condição causal: o vínculo do projeto autoritário ao perfil psicológico das crises individuais que a população enfrentava na Era Moderna (FEST, 1993). Erich Fromm (1980) explora a natureza ambígua da liberdade no contexto de liberalização crescente no século XIX, fazendo uma análise psicossocial do sentimento de não pertencimento e a angústia individual que levaram a sociedade industrial a uma alienação patológica por meio da “ilusão” de que faziam parte de qualquer tipo de coletividade. Max Horkheimer (2004) argumenta que o declínio do individualismo diante do industrialismo como parte da estratégia da elite política foi um dos motivos pelos quais a sociedade alemã aceitou o projeto de Hitler.

Os fatores patológicos que Hitler, o indivíduo, compartilhou com a sociedade do pós-guerra que o levou ao topo, podem ser observados de muitos pontos de vista diferentes. Houve a supervalorização do indivíduo e da sociedade que se depararam com essa desilusão repentina, os desejos fervilhantes de milhões de inquietos e sua incapacidade de atender às demandas de uma existência responsável e independente, a experiência amarga de proletarização que andava de mãos dadas com uma busca para objetos de culpa e ódio, as atitudes errôneas e emoções maníacas que tornavam qualquer abordagem realista da vida impossível e criavam aquela imagem distorcida do homem na qual Hitler e sua época se viam. (FEST, 1993, p.11-12).

Nesse sentido, percebemos que a sociedade alemã da primeira metade do século XX, não apenas estava inserido na realidade de uma Europa que se via em intensa mudança devido às revoluções trazidas pelos novos modelos de capitalismo, o que também se via experimentando uma “liberdade positiva” – em que as escolhas em relação ao futuro estavam mais amplas -, mas também as frustração de não poder exercer essa liberdade devido às crises econômicas do pós-guerra (FROMM, 1980).

Essa frustração foi traduzida num “declínio da razão” e a necessidade em legitimar seus anseios a partir de ondas de “iguais” que também ansiassem pelos mesmos objetivos. Percebendo isso ou não, Adolf Hitler, por ter feito parte da população alemã frustrada e ansiosa por um futuro glorioso, apoiou-se em tais sentimentos para chegar ao poder, agindo [Digite aqui]

não apenas como figura que congregava a capacidade de decisão e representação de milhões de indivíduos, mas também manipulava as comemorações e a memória histórica para formação do imaginário popular que lhe era interessante. Por isso, a agenda hitlerista não fazia e nem precisava ser coesa ou fazer sentido político, uma vez que também estava em um momento “irracional” e apenas necessitava ouvir do líder o que lhe acalmasse as próprias angústias (ARENDETT, 2012).

A partir do conceito de coletivismo em detrimento da individualidade identificamos estas manifestações dentro do texto histórico polonês, sendo que o nacionalismo da Polônia aflorou-se independentemente da existência de um Estado Nacional, mas diante das características que criavam a identidade polaca, o que torna este caso especial para a análise da formação de um nacionalismo (HOBSBAWM; RANGER, 1997). Uma vez divididos entre três Impérios, e sendo fortemente reprimidos pelos mesmos (especialmente pelo Russo), os poloneses experimentavam a “liberdade negativa” definida por Fromm (1980) e tinha a necessidade de agarrar-se a elementos de coesão. No entanto, diferentemente da Alemanha de 1919, a quando a Terceira Partilha ocorreu, em 1795, não a Europa ainda estava engatinhando no processo de revolução industrial, como a Polônia estava bastante atrasada neste quesito (HOBSBAWM, 1991).

A Polônia do final do século XVIII além de ainda ser um reino feudal, era um dos países mais etnicamente diversos do continente, o que ofereceu um obstáculo no começo para delimitar o imaginário coletivo que atrairia a identificação da população dominada. Destarte a *szlachta* tenta basear a agenda comum em prol da retomada das fronteiras, pois para eles era o território que unia multidiversidade. No entanto, como a população que habitava as terras tomadas ainda era essencialmente rural, e excluída da vida política ou da possibilidade de mobilidade social, não existia uma grande diferença sobre o governo para qual serviam, já que nada alterava sua rotina (BILENKY, 2012).

Após o desaparecimento final da “Polônia” do mapa da Europa em 1795, os poloneses foram forçados a reinterpretar sua compreensão histórica de uma “nação da pequena nobreza” como uma “comunidade de tradição e espírito” além das fronteiras políticas e sociais existentes. Essa redefinição de uma nacionalidade poderia ter levado a uma redefinição semelhante (ou pelo menos a uma confusão inicial) de uma geografia polonesa tradicional. Mas isso não aconteceu. Em vez disso, os poloneses se apegaram aos padrões familiares da geografia, tendo em mente o que havia desaparecido dos mapas políticos. (BILENKY, 2012, p. 17).

Em 1863, no entanto, apesar de ainda haver uma significativa diferença de desenvolvimento entre as três regiões partilhadas, a proletarização tornou-se mais presente entre os poloneses, especialmente na Galícia Austríaca. O surgimento de uma nova elite intelectual, a *intelligentsia*, compreendia que a vontade da sociedade era a melhora da qualidade de vida, e que o trabalho e ascensão econômica lhes traria mais sentido e senso de propósito do que apenas colocar a antiga nobreza de volta no poder (MICINSKA, 2014). Além disso, a frustração da liberdade (FROMM, 1980), também estava infligindo angústias na medida em que o Império Russo passara a atacar bruscamente a liberdades pessoais do povo dominado ao proibir a língua polonesa e a religião católica, expressões fundamentais para a cultura e identidade daquela comunidade. Isso também fora utilizado pela *intelligentsia* como manobra de coesão a partir do ressentimento (DABROWSKI, 2004).

A sociedade periférica aspira “alcançar” ou “pertencer totalmente” às comunidades mais prósperas e estáveis no centro do sistema. Alcançar em termos materiais exigiria unidade nacional, disciplina social e o sacrifício do bem-estar presente em prol do crescimento futuro. Esses requisitos favorecem a introdução de formas autoritárias de governo e criam profunda insatisfação com os fracos regimes democráticos que parecem caracterizados pela indisciplina, desunião e miopia. (WHITEHEAD, 1986, p.9)

Os reflexos de ambas as fases na necessidade do povo em congregar suas ansiedades em uma única direção vieram em 1905, com a formação dos Partidos Nacional-Democrata e Socialista. Tanto Dmowski como Pilsudski articulavam discursos que davam àquela nova comunidade que ascendia um objetivo comum, baseado em elementos históricos e culturais, mas daria um propósito compartilhado para o futuro. Observando as características de Hitler, é possível justificar porque, apesar de Dmowski oferecer um projeto político melhor elaborado, o general Pilsudski conseguiu ser a representação modelo do povo moderno (PRIZEL, 1998).

Assim como Hitler, Pilsudski possuía uma criação humilde galgando sua trajetória até patamares mais altos, o que o fazia compreender melhor como discursar de modo a atender aos que todas as classes quisessem ouvir. Não importava que os discursos fossem incoerentes, o que importava era que os líderes conseguissem congregar os sentimentos da comunidade de que os guiaria em direção à libertação e prosperidade. Arendt (2012) define a consolidação de todo o ideal de um regime que se encaminha para o autoritarismo de “princípio da liderança”, e explica que não importa o que o corpo político imagina como projeto de governo, mas o que a ideologia de um líder entende como fundamental e expressão de uma cultura. Segundo a autora, isso foi chave do sucesso de pessoas como Hitler e Stalin uma vez que eles

[Digite aqui]

“estenderam promessas de estabilidade para esconder a intenção de criar um estado de instabilidade permanente” (ARENDR, 2012, p. 529).

3.2 Ufanismo como meio de propaganda

Nesse sentido, o “princípio da liderança” necessita da existência de uma segunda condição causal para ser efetiva: a disseminação do nacionalismo romântico como método propagandístico. Sobre a cultura utilizada como propaganda, Elias (1997) coloca:

Mesmo quando foi gradualmente adotado pelas elites da classe média do século XVIII em ascensão, como uma expressão de sua autoimagem e de seus ideais, o termo representou a imagem que se faziam de si mesmos tal como a viam, ou seja, dentro do contexto mais amplo do desenvolvimento da humanidade. (ELIAS, 1997, p. 119).

Ou seja, era imprescindível tanto para o povo alemão quanto para o polonês encontrar elementos de coesão, por isso a ideologia nazista discursava sobre a criação de um Terceiro Reich – utopia em que a Alemanha já havia sido um grande império da Europa (FEST, 2012), e o Socialista fazia alusão recorrente à época gloriosa antes da Primeira Partilha (DAVIES, 2005). A principal forma como isso era disseminado na época era através da propaganda e da arte. Hannah Arendt (2012) afirma que “nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda” (p. 474). Ela explica como o arsenal propagandístico nazista funciona através da distorção dos fatos e reescreve a história, principalmente em direção ao estrangeiro.

Portanto, o sucesso de um movimento autoritário e da percepção da própria identidade nacional como superior às demais está intrinsecamente relacionada à percepção do outro, ou seja, da criação de um inimigo pelo qual a nação possa se unir e direcionar culpa (NEUMANN, 1998). Como vimos no Capítulo 1, a separação entre o que define o “nós” e “o outro”, fundamental para o sentimento nacionalista da era moderna, foi expresso na Alemanha com mais força primeiramente pela publicação do manifesto de Adolf Hitler, o “Minha Luta”, no qual ele redigiu páginas em que condicionava o desespero vivido pelos alemães ao sucesso do povo judeu. Esse manifesto atingiu maiores dimensões com a habilidade de propaganda de Joseph Goebbels, que conseguia unir a ânsia pelo senso de comunidade à redenção pela imagem de Hitler, selecionando os fatos da história da Alemanha e mexendo com a memória coletiva a fim de atingir o objetivo que era o fortalecimento do Partido e do país (PAXTON, 2004).

[Digite aqui]

Enquanto na Alemanha do século XX o nacionalismo editorial que vinha junto à modernização já estava em um estágio mais avançado, com jornais sendo e informações tendo um fluxo de circulação a uma alta velocidade (HOBSBAWM; RANGER, 1997), o mesmo não acontecia da Polônia de 1795. Até a metade do século XIX o maior meio midiático era a literatura, que acompanharia a evolução de um a comunidade majoritariamente analfabeta e desigual até uma em que as escolas e Universidades produziram a nova elite culta que reproduziria os debates românticos da palavra escrita para a cultura popular (MICINSKA, 2014).

Correspondendo à primeira fase do nacionalismo polaco descrito por Prizel (1998), o que Davies (2001) chamará de “era romântica das insurreições” verá entre os anos 1800 e 1864 o florescer da literatura romântica de vanguarda e as canções de heróis nacionais que se sacrificam pela ideologia nacional. A importância da língua polaca no período romântico era vital para a disseminação de uma literatura não oficial e independente, e poetas exilados como Adam Mickiewicz (1798-1855) e Zygmunt Krasinski (1812-1859) e suas palavras sobre “agonia, horror, separação e morte” adquiriam caráter messiânico (DAVIES, 2005). Esses autores basearam um nacionalismo que glorificava a multietnicidade polaca e o passado da *Commonwealth* da Polônia-Lituânia com nostalgia, e propagavam a ideia do extinto país como o “Cristo das Nações” que seria resgatado pelo mundo civilizado. Para tanto, era preciso acreditar no mito do herói romântico, que pega em armas e está disposto a morrer pela nação (KOROPECKY, 2008)

Nos mesmos moldes, isso aconteceu na Alemanha, pois, enquanto no externo a propaganda nazista mascarava suas intenções, no interno o intuito era a maior doutrinação para maior conquista de adeptos. Norbert Elias (1997) também demonstra que, no conjunto do arsenal propagandístico do nacional-socialismo, uma literatura pró-guerra já estava presente no território germânico durante a República de Weimar.

Romances como *Nação contra Nação*, de Bloem, promovem uma atitude positiva em relação ao uso de força militar e de orgulho na ausência de piedade para com o inimigo. Além disso, em tais romances, sem encobrir o horror da guerra, é feita uma tentativa de torná-la aceitável aos olhos do público, mantendo seu entusiasmo ao romantizar a violência como heroísmo e representar a guerra como, por assim dizer, algum grande evento cósmico, uma experiência arrebatadora em que o indivíduo perde sua própria identidade especial. (ELIAS, 1997, p. 190).

Porém a mudança da postura do nacionalismo polaco em 1863 para um nacionalismo positivista fez com que as ideias românticas revanchistas fossem vistas como ingênuas, e a [Digite aqui]

ideia propagada pela *intelligentsia* passava a ser a eficiência interna. A proibição da língua polonesa e a proibição da educação pelo Tzar como modo de reprimir as insurreições da fase anterior funcionaram de certo modo por gerar o reconhecimento da insuficiência da revolta armada cega e desorganizada. Mas por outro lado, como dito na seção anterior deste capítulo, a restrição do exercício da cultura também gerou desconforto em indivíduos que antes não se incomodavam com a mudança de governo, sentimento que foi então usado como combustível dos meios propagandísticos da *intelligentsia*.

Assim, segundo Gellner (1983), à medida que uma sociedade se desenvolve economicamente e a camada da alta cultura aumenta, necessariamente essa alta cultura vai ter que invadir o discurso político. Assim, de 1905 em diante, a população polaca tendo adquirido um nível menor de aliteração e com a evolução da imprensa, os líderes de partido Pilsudski e Dmowski não só apareceriam à frente politicamente, como essa liderança viria em paralelo à condição de editor-chefe de seus respectivos periódicos. A partir destes, cada Partido disseminaria sua agenda política para independência da Polônia, mas com uma diferença crucial envolvendo a construção do inimigo comum, o que determinaria o impacto de suas ideologias.

Enquanto Dmowski tinha uma postura mais racional e baseava seu discurso no sentido da diplomacia, e no diálogo com a Rússia para conquistar a libertação, ele também usava seus meios de comunicação para disseminar um discurso antissemita. Herança do período anterior, em que os judeus conquistaram mérito capitalista enquanto a nobreza cada vez mais perdia seu poder aquisitivo, sendo o próprio Dmowski descendente de uma classe burguesa, ele conseguia atingir os sentimentos e ganhar apoio dessa parcela da população polonesa, mas isso o prejudicaria mais adiante (PORTER, 2000).

Por outro lado, Pilsudski, apesar de também integrar um nacionalismo de caráter étnico que glorificava a tradição e cultura polaca acima das demais, usava da sua palavra para direcionar a culpa para a Rússia e o imperialismo. Pelo fato de o general ter nascido na feudal região da Lituânia, e atravessado as camadas sociais até o pódio político, conseguia articular justamente o que grande parte das esferas sociais necessitassem ouvir e ver (DABROWSKI, 2004).

Como nação “histórica”, aos polacos não faltou passado; o que eles queriam, entretanto, era um futuro. Nos anos que se seguiram à Insurreição de 1863, grupos de ativistas de mentalidade democrática se esforçaram para manter viva a memória do passado da nação por meio de celebrações públicas de eventos históricos notáveis e

poloneses exemplares. Essas comemorações inspiraram esforços adicionais: novas iniciativas e organizações sociais, representações tangíveis do passado que serviram como ferramentas pedagógicas no proselitismo das massas. No processo, as massas mais amplas - incluindo os camponeses - passaram a se sentir parte da nação polonesa, bem como a reconhecer sua responsabilidade final pelo futuro da nação. (DABROWSKI, 2004, p. 211).

Desse modo, no imaginário nacionalista polonês congregou-se às raízes românticas, a nostalgia de um passado glorioso e a luta heroica, à uma tradição positivista, que visava o desenvolvimento econômico e tecnológico. Isto pautou um nacionalismo aos moldes modernos, tal qual atingiria a Alemanha décadas depois, onde o emocional encontrava a realidade colocando líderes militares autoritários no poder.

3.3 Industrialização

Nesse sentido, associado à condição do ufanismo romântico como propaganda, e para que um regime autoritário conseguisse poder relevante, a terceira condição causal verificada é o estímulo à militarização, que se dá em paralelo à industrialização crescente desde o século XIX. No caso da Alemanha, com o cessar da Primeira Guerra Mundial, o país não apenas encontrava-se humilhado pelo Tratado de Versalhes e falida financeiramente, como grande parte de seu arsenal bélico havia sido comprometido. Dessa maneira, a tática utilizada para o reerguimento do país foi o isolacionismo, buscando primeiro reerguer-se internamente para depois expandir a empreitada para o exterior. Destarte, até 1933, a Alemanha permaneceu afastada das inter-relações europeias, mas firmando acordos bilaterais secretos, por exemplo, com a União Soviética para permitir armamento e treino das Forças Armadas naquele território, porque Tratado de Versalhes proibia o seu rearmamento (FEST,1993) Segundo Elias (1997),

Muitos jovens alemães foram para os campos de batalha em 1914 com a ideia de que a guerra era algo maravilhoso, grandioso, um inenarrável momento de glória. Estavam impregnados de um sentimento de vitória certa, no qual se refletia a força de seus sonhos sobre a futura Grande Alemanha (ELIAS, 1997, p. 168-9).

A origem do militarismo na propaganda de identidade nacional da Polônia durante a era das Partilhas aparece na primeira fase do nacionalismo, entre 1795 e 1863, e se deve à presença de Napoleão Bonaparte no território, porquanto o conquistador planejava instrumentalizar o revanchismo daqueles habitantes contra o Tzar para invadir o Império Russo, fundando as Legiões Polacas. Os franceses importaram o conceito de “nação em armas” que desvalorizada a “visão tradicional de exército como uma multidão de serventes

brutalizados em uniformes, marchando sob a compulsão de ordens” dos oficiais burgueses do governo (DAVIES, 2001).

Devido à fraqueza interna, fruto da má distribuição da economia e falta de coesão, o militarismo só vem a aparecer como terceira condição causal da independência e imaginário nacional polonês na segunda fase definida por Ilya Prizel (1998) – a fase do nacionalismo positivista – e, tal qual na Alemanha, aqui esteve intimamente atrelado ao processo de industrialização. Como colocado anteriormente, Davies (2001) narra que após uma sequência de insurreições falhas no momento anterior, a partir dos anos 1860 a mentalidade dos polacos migrou na direção do “trabalho orgânico” como meio de sobrevivência nacional”. Ainda, o autor afirma que,

para ocupar seu lugar entre as nações modernas da Europa, os poloneses devem primeiro melhorar o comércio e a indústria das províncias polonesas, construir estradas de ferro e estradas de ferro, e aumentar a alfabetização e a consciência nacional da população. Os líderes e escritores que surgiram após 1864 estavam bem cientes do rápido progresso que estava sendo feito naquela época na Europa Ocidental [...] (DAVIES, 2001, p. 148-149).

Do mesmo modo como colocado por Hobsbawm (1991), o nacionalismo moderno que galgava seus primeiros passos na Polônia a partir do século XIX, esteve intrínseco à industrialização uma vez que esta promoveu uma maior mobilidade social. Esta ideia é complementada por Gellner (1983) quando ele afirma que o momento em que a história sobre bruscas mudanças tecnológicas, necessariamente estas repercutiram socialmente, em especial, na forma de nacionalismo, visto que as relações do indivíduo com a sociedade irão de alterar e o coletivo vai ganhar importância em detrimento do privado. A mudança da vida rural para uma vida fabril e proletária é verificada tanto na Alemanha dos anos 1920 quanto na Polônia do século XIX.

Nessa perspectiva, o início do século XX, o etnonacionalismo que se manifestava na Polônia se valeu da fase de desenvolvimento econômico e tecnológico do período de “trabalho orgânico” durante o qual grande parte da população, mesmo que de modo ainda desigual, percebeu uma alteração na mobilidade social. Concomitante à adoção de um nacionalismo positivista, o militar Józef Pilsudski também galgou seu nome na história do país durante a fase de organização interna, quando o revanchismo fora enfraquecido em nome do fortalecimento interno, formaram-se entre os poloneses os Partidos Socialistas, onde Pilsudski estava inserido, apesar de estar convencido de que o maior entrave contra a

prosperidade polonesa era a Rússia, em consequência de ter vivido a maior parte da sua vida no contexto do nacionalismo nostálgico (DAVIES, 2005).

Porém, a Guerra entre a Rússia e o Japão em 1905 abriu para o general a porta para a reincorporação do militarismo ao projeto de independência. Ao atentar mais uma insurreição contra uma Rússia que acreditava estar fragilizada, Pilsudski percebe para colocar em prática a sua percepção de que a libertação só viria através do conflito armado, era preciso ainda mais organização interna, dessa vez utilizando toda a disciplina positivista agregada a uma propaganda romântica para reunir e treinar legiões armadas em prol de um objetivo comum, que seria a derrota a Rússia. Por isso, a partir 1906 o lituano passa a investir a propaganda de sua ideologia a fim de atrair jovens a pegar em armas, e 1915 as suas Legiões já eram suficientes para ser agregadas à força Austríaca (ZAMOYSKI, 2009).

A popularidade do “nacionalismo estreito” na Polônia se acelerou com a crescente urbanização do país no final do século XIX e o surgimento da política de massa. A urbanização e a industrialização, combinadas com a crescente alfabetização no campo, criaram um interesse pela política entre as massas (lud) pela primeira vez. (PRIZEL, 1998, p. 54)

Ao contrário de Dmowski, que acreditava no caminho do diálogo diplomático, Pilsudski, assim como Hitler, teve a característica de voltar-se para organização interna e congregar legiões de jovens para a luta militar contra um inimigo e um futuro comum. Esses exércitos eram atraídos pelo discurso romântico, enquanto o resto da população era atraído pela causa por verificar uma alteração no seu poder aquisitivo, temendo que algo o ameaçasse (MARCUSE, 1998).

A „unidade“do estado fascista é em parte produzida pela veneração pelo Fuhrer, mas Marcuse enfatiza que é a burocracia que cria um aparato sistêmico governado pela eficiência e uma forma de retionalidade tecnológica que realmente mantém o sistema unido. A resultante „máquina de estado“ fascista é voltada para a expansão imperialista. (MARCUSE, 1998, p. 11)

3.4 Mobilização das Massas

Embora as condições causais esboçadas até o momento sejam essenciais e interdependentes para o sucesso de um projeto de nacionalismo autoritário, elas são insuficientes sem a presença de uma quarta condição, necessária para instauração de um Estado Totalitário: as massas. Sem a legitimidade da grande maioria população não é possível que um líder consiga colocar em prática sua agenda ideológica. O pensamento é resumido muito bem por Smith e Nuñez (1998), segundo a qual é o acordo entre as massas e a [Digite aqui]

burguesia que mobilizam uma nação em prol de um interesse nacional vindo de cima (*top-down*).

Nenhuma organização política pode sobreviver sem algum tipo de identidade cultural coletiva, e nenhum Estado moderno pode sobreviver sem uma identidade nacional popular, que requer a participação e a mobilização "do povo". E nem uma comunidade política pode se sustentar por muito tempo sem um senso de seu próprio destino peculiar. (SMITH; NUÑEZ, 1998).

Apesar de o Partido Nazista nos anos 1920 e 1930 terem conseguido programar um grande avanço industrial, acelerando a economia e salvando a Alemanha de crises, apenas o sucesso econômico não explica o apoio do povo a um partido. De acordo com Reich (1988), a partir do momento em que os líderes políticos passam a incorporar a situação econômica do país ao discurso de modo a desenhar a consciência política das massas na direção da sua ideologia, é então o momento chave para o sucesso de um projeto autoritário. O que este autor denomina como “psicologia das massas”, aparece para Arendt (2012) na formulação propagandística, visto que para ela, enquanto a burguesia pode ser coagida por motivações materiais, a única maneira de mover as massas é através da irracionalidade.

Os interesses econômicos do imperialismo alemão foram, é certo, o fator decisivo imediato, mas também temos de considerar a base de psicologia de massas das guerras mundiais; temos de perguntar como a estrutura psicológica das massas foi capaz de absorver a ideologia imperialista, e de traduzir os lemas imperialistas, absolutamente contrários aos espíritos pacífico e politicamente desinteressado da população alemã. [...] O que acontece é que cada ordem social cria nas massas que a compõem as estruturas de que ela necessita para atingir seus objetivos fundamentais. (REICH, 1988, p. 40).

Ou seja, se a inconformidade com a situação econômica fosse o suficiente para mover grandes multidões para uma revolução social, mais revoluções já teriam acontecido na história global (REICH, 1988). Isso fica bastante claro quando analisamos o caso da Polônia ao longo dos séculos XIX e XX. Apesar de o abismo econômico ser presente desde os primeiros momentos da Partilha, não houve revolta da maior parte da população daquele território, e os maiores interessados em retomar o poder era a pequena nobreza que via seus privilégios diminuídos. No entanto, a expressão corpórea dessa fração não era suficiente para atingir o objetivo (DAVIES, 2001).

A industrialização da fase positivista também comprova que a condição econômica não tem relação racional com a psicologia das massas se não for instrumentalizado pelas elites políticas. Como explicitado anteriormente, quando houve a Partilha a grande maioria da população polonesa pertencia ao campesinato e não tinha qualquer aspiração política, nem ao menos eram incluídos nos debates. Apesar dos poloneses estarem vivenciando uma acelerada [Digite aqui]

mudança no estilo de vida, com maior mobilidade social, e os movimentos dos trabalhadores ganharem força e se traduzissem na ideologia socialista que teria forte expressão daquela época em diante (HOBBSAWM, 1998), a agenda da *intelligentsia* não dialogava com qualquer aspecto sentimental das massas, no sentido de um revanchismo. Apenas uma parcela da população nobre que via sua riqueza diminuindo enquanto os banqueiros e donos de negócios privados ascendiam não se conformavam com a situação (PRIZEL, 1998).

Nesse sentido, o nacionalismo polaco passou de restrito a uma elite burguesa, acadêmica, que tinha acesso à literatura, quando os demais estratos sociais ao menos sabia ler, a uma situação de que, mesmo com o analfabetismo mitigado, para a massa só era propagada a missão de produzir, sem o reconhecimento da importância de sua expressão política. Hannah Arendt (2012) explica comparativamente o estabelecimento do movimento totalitário na Alemanha e o fracasso dos projetos de países menores (incluindo a Polônia), no sentido da necessária presença de força numérica. Segundo a autora,

Em todos esses países menores da Europa, movimentos totalitários precederam ditaduras não totalitárias, como se o totalitarismo fosse um objetivo demasiadamente ambicioso, e como se o tamanho do país forçasse os candidatos a governantes totalitários a enveredar pelo caminho mais familiar da ditadura de classe ou partido. Na verdade, esses países simplesmente não dispunham de material humano em quantidade suficiente para permitir a existência de um domínio total (ARENDR, 2012, p. 437).

Além disso, mesmo com o rápido e significativo avanço econômico, a disparidade entre os territórios partilhados ainda era demasiada, e ofereceu obstáculos mesmo quando a *intelligentsia* incorporou a política de massas. Para Paxton (2004) isso é uma das consequências de Estados que passam por um a industrialização tardia em adição a uma heterogeneidade social. Segundo o autor:

Certos estados liberais, de acordo com esta versão, foram incapazes de lidar com a „nacionalização das massas“ ou com a „transição para a sociedade industrial“ porque sua estrutura social era muito heterogênea, dividida entre grupos pré-industriais que ainda não haviam desaparecido - artesãos, grandes proprietários de terras, rentistas - ao lado de novas classes gerenciais e operárias industriais. (PAXTON, 2004, p. 79).

Por esta condição explica-se também a ascensão de Pilsudski sobre Dmowski, em comparação a Adolf Hitler. Apesar do discurso de Dmowski conter um caráter mais agressivo e restrito em torno da etnia do povo polaco, e a demonização do povo judeu – como Hitler – a postura diplomática e pragmática do líder nacional-democrata não o permitiu dialogar com as massas, dando preferência às negociações com as grandes cúpulas e atraindo a simpatia da burguesia afetada pelo lucro dos judeus (LATAWSKI, 1992).
[Digite aqui]

Pilsudski, por outro lado, pode projetar o etnonacionalismo a partir da valorização das tradições culturais e históricas do povo polonês, articulando os sentimentos nostálgicos à sua propaganda, incitando os sentimentos da classe proletária que se unia nos sindicatos em direção à revolta contra imperialismo. O general polonês, assim como Hitler, conseguia ser colocado no poder com o apoio das massas que acreditavam que precisavam se levantar para a derrota de um inimigo, e que ele seria o único líder para guiá-los para a vitória (PRIZEL, 1998).

Apesar do poder ser concentrado em Jozef Pilsudski em 1918, o autoritarismo na Polônia, no entanto, falha graças à disparidade econômico-social. Após a guerra e a independência o foco do governo foi para o projeto de unificação econômica, que de fato foi bastante promissora e acelerada, porém não pode ser completa devido ao estopim da Segunda Guerra Mundial, quando as tropas nazistas marcharam sobre a Polônia e a tomaram mais uma vez (LATAWSKI, 1992).

3.5 Política externa

A consolidação da identidade nacional e o desenvolvimento interno não necessitam de um apoio doméstico para legitimação de um líder autoritário na era moderna, pois nesse período a consolidação dos Estados nacionais e os concertos internacionais que fizeram parte do século XIX e XX também trouxe a luz à necessidade da articulação externa (HOBSBAWM, 1991). Assim, a quinta e última condição causal imprescindível que aparece no sucesso do projeto nazista diz respeito à condução da política externa de Adolf Hitler.

Fest (1993) argumenta que a ascensão do otimismo entre os alemães afetados pela crise econômica foi reforçada pelo sucesso da política externa do *Führer*, que consistia em alternadas táticas agressivas e de garantia de paz como estratégia de fortalecimento interno. Mesmo que o Tratado de Versalhes tenha sido conduzido pelos países vitoriosos em 1918 (Grã-Bretanha, França, Rússia e Estados Unidos) no sentido de punir a Alemanha, as tensões entre os próprios favoreceram Hitler, especialmente o medo do bolchevismo russo. O mesmo medo dos países que permitiu o reerguimento da economia e do exército alemão, chegando a firmar acordos em detrimento do bloco comunista, também causou o isolamento da União Soviética, o que a aproximou da Alemanha, ao mesmo tempo (FEST, 1993).

Nessa lógica, Guzzini (2012) defende que na política externa é que uma nação assegura sua identidade nacional, em especial, aquelas que não têm seu senso de identidade apoiado por instituições, mas por um sentimento romântico, como é o caso da Polônia. Desde a era da *Commonwealth*, entre a elite intelectual polaca espalhava-se a crença de que aquele povo estava destinado a derrotar os invasores do mundo Ocidental, o que criou a ilusão de que as derrotas e a consequente Partilha faziam parte de um objetivo último maior (PRIZEL, 1998).

Por conta disso, durante o período romântico, diversos patriotas polacos se descolaram em apoio a Napoleão Bonaparte em sua empreitada contra a Rússia, a visto que acreditaram que o mesmo estaria se mobilizando em prol da Questão Polaca. Até os dias atuais, o hino nacional polonês é o único do mundo a exaltar a figura daquele imperador francês. Inclusive, a admiração polonesa em direção à França não se limitava a Napoleão, mas principalmente ao fato de a nação representar e lutar pelos valores da liberdade (LATAWSKI, 1992). Todavia a falta de interesse tanto da França quanto das outras potências nas quais esses patriotas jogavam sua esperança, demonstrou que sem apoio externo a independência da Polônia não seria alcançada (DAVIES, 2005).

No período entre 1863-1905 o investimento em política externa entrou em obsolescência enquanto a *intelligentsia* focava no aprimoramento do território através do “trabalho orgânico”, porém o intenso fluxo migratório que ocorreu no período devido à postura imperial russa em perseguir, prender e exilar aqueles que desobedecessem as novas diretrizes de reprimenda criou uma grande comunidade polaca na principalmente na França e Estados Unidos. Esses foragidos políticos usariam de seus meios para propagar a língua e a cultura polaca tanto em direção àqueles que permaneciam sob o guarda-chuva das Partilhas, quando aos Estados que passavam a habitar (PRIZEL, 1998).

Um desses exilados fora Ignacy Paderewski, pianista polaco exilado nos Estados Unidos que conquistou bastante apreço dos dirigentes norte-americanos. Foi na relação com Paderewski e relacionamento construído dentre a cúpula de poder inglesa que Dmowski conseguiu reinserir no debate internacional a questão polaca. Com a iminência de uma guerra, a possibilidade de ter os poloneses como aliados era interessante às potências do Ocidente, porém a exigência da reinstauração das fronteiras parecia ainda uma condição demasiado custosa e sem grandes vantagens. Isso explicaria porque até 1917, o projeto de independência não foi realizado (ZAMOYSKI, 2009). Além disso, argumenta-se que o discurso antisemita [Digite aqui]

agressivo de Dmowski apenas prejudicou as negociações com os países liberais (LATAWSKI, 1992).

O anti-semitismo de Dmowski representou um grande obstáculo às suas tentativas de ganhar um lugar para seu programa político nos desideratos da política externa britânica. Elementos influentes na sociedade britânica e, mais prejudicial para os esforços de Dmowski, no Ministério das Relações Exteriores, acharam seu anti-semitismo altamente repugnante e, entre eles, seu preconceito causou mais impressão do que seu programa político indubitavelmente incisivo. (LATAWSKI, 1992, p. 5)

Outro exilado importante para esse capítulo da história da Polônia foi Józef Pilsudski, que dentre os anos que passara entre prisões e fugas, antes de assumir a liderança do PPS, encontrava-se grande parte do seu tempo em Paris. Como o general fazia parte daquela parcela populacional que tinha no seu imaginário a ideia da França como o país da libertação, perpetuaria essa percepção tanto nas suas colunas do *Robotnik* quanto nas negociações internacionais. Em 1917, quando o apoio das legiões ao exército austríaco foi rompido pela compreensão de que a Áustria não estava interessada em apoiar a independência da Polônia, a prisão de Pilsudski foi vista como uma oportunidade de manobra por parte das potências liberais (PACZKOWSKI; CAVE, 2003).

No verão de 1917, depois que o czar foi derrubado e os Estados Unidos entraram na guerra, pondo assim a balança a favor da Entente, Pilsudski renunciou a qualquer lealdade adicional à Áustria e à Alemanha. Ele foi preso e encarcerado na fortaleza de Magdeburg, perto de Berlim, e sob suas ordens a Organização Militar Polonesa (POW) foi formada, uma organização ilegal que pretendia ser uma continuação das Legiões agora extintas. Com isso, Pilsudski demonstrou que sua aliança anterior com a Áustria e a Alemanha fora exclusivamente tática e que ele permanecia determinado a lutar pela independência polonesa. (PACZKOWSKI; CAVE, 2003, p. 5).

Assim, foi nessa estreita relação com a França que o general Józef Pilsudski apoiou-se a partir de então. Porque as Legiões Polacas haviam apoiado os Aliados significativamente durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e visto que ainda o etnonacionalismo coloca os russos como antagonistas e o Ocidente como partidário na luta para Independência, Pilsudski foi encarregado de colocar em pauta durante a Convenção de Viena a Questão Polaca. Sendo esta uma das pautas mais debatidas durante os Tratados do pós-guerra, finalmente a Polônia restabeleceu sua soberania em 1918. (DAVIES, 2005)

Assim como Hitler, o apoio a Józef Pilsudski como chefe de Estado fora de interesse político da França e Inglaterra, que buscando se blindar da ameaça soviética, buscava o apoio de Estados menores (FEST, 1993). Contudo, logo após a independência, o projeto de Pilsudski passou a ser pautado em etnonacionalismo isolacionista, embebido de desconfiança [Digite aqui]

pelo sentimento de abandono pela França e Inglaterra por não apoiarem o desenvolvimento doméstico da Polônia após a guerra, e de a rejeição de relacionamento com a União Soviética e com Alemanha por motivos de atritos históricos. A *intelligentsia* polaca passa a, então, a dedicar-se à consolidação interna, não buscando fortalecer laços com demais países fortes da época (ZAMOYSKI, 2009).

Nessa lógica, a ausência das duas condições causais foi o motivo pela diferença de resultado nos dois casos. A despreocupação dos líderes poloneses em estabelecer um alcance para as massas, associado à política externa isolacionista do novo governo impediu a instauração de um regime totalitário na Polônia, como houve na Alemanha. Pelo menos não um com legitimidade interna ou externa, ou com longevidade, dado que em 1939 a Polônia voltaria a ser ocupada e subjugada, desta vez pela própria Alemanha (DAVIES, 2001).

3.6 Os projetos em contraste

Ao fim desta pesquisa é possível visualizar como nas sociedades que se formaram na era moderna, as concepções de identidade cultural forjaram um Estado a partir da mentalidade de nação de uma elite, que buscando redefinir a organização política, precisou “criar” uma série de condições que favorecem a imposição dos seus interesses (WHITEHEAD, 1986). Com base nisso, as condições instrumentalizadas pelo Partido Nazista aplicados para fins de comparação do histórico polonês estão sistematizadas no seguinte quadro, no qual “1” representa presença da condição causal e “0”, a ausência.

Quadro 1: PRESENÇA DAS CONDIÇÕES CAUSAIS NA ALEMANHA E NA POLÔNIA NO SÉCULO XX

Fonte: A Autora

Fenômenos Condições causais	Nacional-socialismo hitlerista	Etnonacionalismo polonês
Atomização do indivíduo	1	1
Nacionalismo romântico como propaganda	1	1
Industrialização	1	1
Mobilização das massas	1	0
Política externa eficiente	1	0

Em suma, temos cinco condições causais que se traduzem em:

- a) Atomização do indivíduo: a comunidade que concentrava todos os seus interesses nas mãos de um líder, em detrimento da individualidade, por causa da angústia social pós-guerra;
- b) Nacionalismo romântico como propaganda: valorização de símbolos nacionais, como heróis e hinos, e reprodução de passado histórico como elemento de coesão;
- c) Industrialização: o investimento na organização e modernização interna e o fortalecimento das Forças Armadas;
- d) Mobilização das massas: o diálogo e a conquista dos interesses da grande maioria do povo que se traduzia em uma política de massas que fortaleceria o alcance dos interesses dos líderes;
- e) Política externa: multilateralismo e articulação de acordos baseado nos interesses das grandes potências da época.

Da análise podemos perceber que as cinco condições atribuídas como necessárias, mas não suficientes, para a consolidação do projeto nacionalista de Adolf Hitler são interdependentes e paralelas entre si, o que explica porque, na ausência de instrumentalização de pelo menos um delas, os interesses políticos autoritários não se concretizariam. Foi o que aconteceu no

[Digite aqui]

caso da Polônia, onde não houve eficiência na política de massas ou na política externa, uma vez que naquele ponto do tempo os líderes poloneses ainda não percebiam o poder da mobilização da grande massa, e um deles conseguiu chegar à presidência por ter conseguido congregar mais apoio público e iniciando um processo de unificação interna. Além disso, Pilsudski também conseguiu conquistar a liderança quando teve apoio de potências externas, perdendo forças na concentração de poder quando rompeu diálogos com as mesmas potências (PRIZEL, 1998).

Segundo Elias (1997), o choque causado pela força que o Nazismo alcançou abriu portas à necessidade de estudar os limites da barbaridade, de maneira objetiva, enxergando quais elementos presentes na sociedade podem ter gerado tamanha consequência. Nesse sentido, Neumann (1999) chama a atenção para os processos que os discursos morais voltados para identidade política no Centro e Leste Europeu possuem a diferenciação com o estrangeiro inerente à sua natureza, pois, assim como verificamos no caso da Polônia, aquelas comunidades foram imaginadas de uma frustração de se inserir em um Ocidente que não as aceitavam (e ainda não as aceitam), em paralelo à “frustração com a hegemonia soviética no Leste Europeu” (p. 158).

O perigo disso, de acordo com Guzzini (2012), se encontra a partir do momento que a geopolítica renasce no debate político depois de anos de obsolescência devido à associação com o nazismo. O autor chama a atenção para a crise de identidade que é então causada quando os governos renascidos desde 1989 encontram desafios ao reintegrar a política externa global.

O renascimento do pensamento geopolítico é melhor compreendido no contexto de várias crises de identidade de política externa, uma espécie de "insegurança ontológica" que as elites da política externa encontram na Europa após 1989. [...] Tal crise de identidade ocorre quando a política externa geral de um país ou seus discursos de interesse nacional enfrentam problemas em sua continuação tranquila, porque a autocompreensão e as posições de papel tidas como certas são abertamente desafiadas - e eventualmente minadas. (GUZZINI, 2012, p. 3).

Apesar da Polônia não ter voltado a perder sua condição de Estado depois das invasões alemã e soviética, o domínio da sua política externa ficou basicamente sob a jurisdição dessas potências, recobrando e expressão externa com o desmantelamento da União Soviética (ZAMOYSKI, 2009). Desde então, o contato com o “outro” reacendeu na Polônia a necessidade dos poloneses em voltar-se para a sua identidade nacional (NEUMANN, 1999). Portanto, a identidade nacional na qual a elite polonesa passou a se apoiar foi aquela definida quando Pilsudski conquistou a independência, reforçando os traumas que o país viveu quando [Digite aqui]

fora dividido. A construção social desses traumas históricos no intuito de consolidar identidade polaca, entretanto, é delicada quando as comemorações públicas que remetem ao martírio heroico do século XX justificam revanchismo ou dívida moral externamente nos dias atuais (ZARYCKI; WARCZOK, 2020).

Nessa perspectiva, deve-se também tomar cuidado com as generalizações, para que, de acordo com Paxton (2004) não se caia na “armadilha determinista” que ocorre quando as precondições são catalogadas. De acordo com o autor, não se pode garantir exatamente onde e quando necessariamente o fascismo pode aparecer, mas o que se pode e deve fazer é estudar a história e expandir os conhecimentos acerca do que aconteceu e como para que não volte a se repetir.

CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a questão da construção do nacionalismo moderno a partir do caso da Polônia, usando como referencial o nazismo alemão, por ser este um caso de projeto ultranacionalista aos moldes da mentalidade do século XX que repercutiu grande impacto na história mundial, e em consequência, gerou extensos estudos sobre a natureza do fenômeno. Os resultados tracejados por esses estudiosos são interessantes de aplicar no caso polonês, uma vez que neste país o nacionalismo tal qual consolidado em 1920 na Europa pode ser percebido em sua evolução.

Portanto, primeiramente focamos em analisar o que é o nacionalismo e porque esse fenômeno foi tão relevante e distinto a partir dos séculos XIX e XX, no contexto europeu. Chegamos à conclusão que a Europa naquele momento vivia uma revolução industrial e tecnológica, que afetou a vida dos povos quando transformou o caráter estático do cotidiano feudal, que não permitia grandes liberdades, a uma realidade de mobilidade social e uma gama de escolhas que nunca as sociedades tinham experimentado. Percebemos também que o avanço econômico proporcionou a ascensão de uma elite culta e do capitalismo editorial, a partir do qual era possível o controle do imaginário popular através da palavra escrita propagada.

Nesse sentido, passamos essas análises para o contexto alemão, no qual foram levantadas bibliografias que se debruçaram a interpretar como a sociedade alemã legitimou o Partido Nazista em sua empreitada ao poder, de modo em que a história não se volta a se repetir. O que se conclui é justamente que a crise do indivíduo gerada pelas mudanças da era industrial, em paralelo com a crise econômica e os sentimentos de revanchismo com o “outro”, tornaram a massa alemã propensa às propagandas ideológicas de um líder que, reforçando tradições que criaram o imaginário comum favorável aos seus objetivos, preencheria as lacunas identitárias e os guiaria para um futuro que satisfaria as angústias da sociedade moderna.

Assim, traçamos quais condições causais os autores atribuem como imprescindíveis para o sucesso de Adolf Hitler – atomização do indivíduo, ufanismo como propaganda, industrialização, política de massas, e política externa – e aplicamos no contexto história da Polônia entre 1795 e 1918. Percebemos como a mudança de eras afetou uma sociedade que não possuía uma identidade nacional, mas que não só forjou uma, mas a remodelou de acordo

[Digite aqui]

com a época a ponto de conseguir a devolução do território nacional e do Estado independente. A análise também nos permitiu perceber que o autoritarismo na Polônia não obteve sucesso como na Alemanha pela má instrumentalização de duas condições causais, a política de massas e a política externa.

Apesar do autoritarismo na Polônia não ter sido concretizado em meados do século XX, o nacionalismo polaco encontrou vida diante, e por causa, do processo entre a Partilha e a Independência. Não se pode negar a importância para o povo polonês da legitimação de seus heróis e o perpetuamento da sua história, pois isso lhes conferiu uma identidade nacional e um orgulho que lhes permitiu resistir as vindouras invasões e tentativas de apagamento (da Alemanha Nazista, entre 1939 e 1945, e da União Soviética, entre 1945 e 1989).

Nesse sentido, a relevância da análise deste trabalho está na atenção à história, à percepção de que a crise do indivíduo leva à crise da razão, e se há vazios no relato histórico, a massa está vulnerável à manipulação a uma verdade “imaginada”. O trabalho também é importante ao colocar holofotes em uma sociedade que habita a Europa Central, uma vez que os países dessa região vivem uma crise identitária ímpar desde o fim da Guerra Fria, pois seus territórios e suas nacionalidades variaram mais em menos tempo do que a maioria dos Estados. Além disso, a versão local da história desta região é para a maioria do mundo desconhecida e desmerecida, provocando mais uma vez o senso de isolamento e não pertencimento.

Na Universidade da Europa Central, durante o período letivo de 1993-94, Eric Hobsbawm, que faz parte da terceira geração de exilados poloneses, explica a importância da história para aquelas comunidades que renasceram a partir de 1989. Ele explica como a manipulação do passado pode ser facilmente instrumentalizada a ponto de mover os sentimentos de angústia de uma comunidade em prol de ideologias fundamentalistas, nacionalistas ou étnicas como aconteceu durante o Regime Nazista, e que a preocupação dos acadêmicos deveria se deslocar para aquela região, porque, naquele momento, elas eram as mais vulneráveis. O relato histórico acurado, repassado por revistas, educadores, padres e escritores é essencial para que a formação de mitos e tradições não preencham buracos na história de um povo de modo que o seu legado seja manchado (HOBSBAWM, 1998).

Nessa perspectiva, o que propõe este trabalho, por fim, é atentar para as histórias de outros países do Centro e Leste Europeu. O nacionalismo forjado no século passado ainda

[Digite aqui]

encontra repercussões de impacto não só na Polônia, mas na Hungria, na República Tcheca, na Ucrânia, qualquer outro Estado cujo povo seja privado dos diálogos externos. As condições elencadas podem ser ponto de partida para futuros trabalhos de rastreamento de outras histórias a fim de que elas não sejam apagadas e que essas comunidades sintam orgulho de sua identidade sem revanchismo ou belicosidade, de modo que raízes comuns não sejam manipuladas para a emergência de nacionalismos extremistas à direita e à esquerda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Eichmann in Jerusalem**: a report on the banality of evil. New York: The Viking Press, 1964.

_____. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia Das Letras, 2012.

BILENKY, Serhiy. **Romantic nationalism in Eastern Europe**: Russian, Polish and Ukrainian political imaginations. Stanford University Press, 2012.

CAVE, Jane; PACZKOWSKI, Andrzej. **The spring will be ours: Poland and poles from occupation to freedom**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003.

DABROWSKI, Patrice M. **Commemorations and the shaping of modern Poland**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

DAVIES, Norman. **God's playground**: a history of Poland, vol. 1 and 2. Oxford: Oxford Press, 2005.

_____. **Heart of Europe**: the past in Poland's present. New York: Oxford University Press, 2001.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio De Janeiro: Zahar, 1997.

Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "**Partitions of Poland**". Encyclopedia Britannica, 17 Oct. 2020, <https://www.britannica.com/event/Partitions-of-Poland>. Acesso em: 1 Maio de 2021.

FEST, Joachim C. **The face of the Third Reich**. London: Penguin UK, 1993.

FROMM, Erich. **O Medo à liberdade**. Rio De Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. New York: Cornell University Press, 1983.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*, 22(62), 145-159, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10325>. Acesso em: 07/04/2021.

GUZZINI, Stefano. **The return of geopolitics in Europe? Social mechanisms and foreign policy identity crises**. New York: Cambridge University Press, 2012.

HENRIQUES, Anna Beatriz; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do estudo de caso e do process tracing para o estudo das relações internacionais. **Revista Debates**, vol. 9, nº 1, 2015, p. 09-23.

HITLER, A Career. Direção de Joachim Fest e Christian Herrendoerfer. Alemanha Ocidental: Werner Rieb Produktin, 1977. Netflix (150 min.).

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **On history**. New York: The New Press, 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse of reason**. New York: Continuum Impacts, 2004.

KOROPECKYI, Roman Robert. **Adam Mickiewicz: the life of a romantic**. Cornell University Press, 2008.

LATAWSKI, Paul. **The reconstruction of Poland, 1914-23**. New York: Palgrave Macmillan, 1992.

MARCUSE, Herbert. **Technology, war, and fascism**. Routledge, 1998.

MICINSKA, Magdalena. **A history of the Polish *intelligentsia*, vol. 3: at the crossroads, 1865-1918**. Frankfurt: Peter Lang, 2014.

NEUMANN, Iver B. **Uses of the other: the “East” in European identity formation**. Minesota: The University of Minesota Press, 1999.

NUÑEZ, Rosamaría; SMITH, Anthony D. Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos: Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales. Universidad Nacional Autónoma de México, **Revista Mexicana de Sociología**, Jan. - Mar., 1998, Vol. 60, No. 1 (Jan. - Mar., 1998), pp. 61-80.

O'DONELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence. **Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives**. London: The John Hopkins University Press, 1986.

PAXTON, Robert O. **The anatomy of fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PORTER, Brian. **When nationalism began to hate: imagining modern politics in nineteenth century Poland**. New York: Oxford University Press, 2000.

PRIZEL, Ilya. **National identity and foreign policy**. Cambridge University Press, Cambridge Russian, Soviet and Post Soviet Studies, n.103, 1998.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SANDES-FREITAS, Vitor Eduardo Veras de. Qual o lugar do caso nas ciências sociais? **Conexão Política**, v. 4, nº 2, 2015, p. 67-81.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SMITH, Anthony D. **Nationalism and modernism**: a critical survey of recent theories of nations and nationalism. New York: Routledge, 1998.

SPRINZ, Detlef; WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. **Models, numbers, and cases**: methods for studying international relations. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.

ZAMOYSKI, Adam. **História da Polônia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ZARYCKI, Tomasz; WARCZOK, Tomasz. The social construction of historical traumas: the Polish experience of the uses of history in an *intelligentsia* dominated polity. **Academia Europaea**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1062798720000344>. Acesso em: 20/01/2021